



Ispá

Instituto Universitário
de Ciências Psicológicas,
Sociais e da Vida

**“QUE MUNDO VOU DEIXAR?”: IMPACTO PSICOLÓGICO DO
CRESCIMENTO DE MOVIMENTOS DE EXTREMA-DIREITA EM
MULHERES TORTURADAS PELA PIDE**

CAROLINA MARQUES VICENTE DIAS CAMÕES

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTORA LISA MATOS

Professora do Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTORA LISA MATOS

Dissertação submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado
realizado sob a orientação da
Prof. Doutora Lisa Matos
apresentado no Ispa – Instituto
Universitário para obtenção de
grau de Mestre na especialidade
de Psicologia Clínica

Agradecimentos

A minha mais sincera gratidão dirige-se, antes de tudo, às participantes que aceitaram partilhar as suas histórias comigo. Obrigada por abrirem espaço para a memória, pela coragem com que revisitaram experiências tão duras e pela confiança que depositaram neste trabalho. A todas as mulheres que, antes de nós, enfrentaram a repressão e arriscaram tudo pela liberdade e por um futuro em que a democracia fosse possível. Esta tese é dedicada a vós, às que resistiram, às que morreram e às que continuaram a lutar, e ao legado que deixaram para todas nós.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Doutora Lisa Matos, pelas inquietações que me provocou, pela confiança que depositou neste estudo e pelas dúvidas que me obrigaram a pensar de forma científica. Levo comigo não só o conhecimento partilhado ao longo deste ano, como também a ética intelectual que acompanhou o nosso seminário.

À Professora Doutora Irene Pimentel, à Professora Doutora Marinela Valverde e ao Rui Pato, deixo o meu reconhecimento pela generosidade com que disponibilizaram contactos indispensáveis e pela confiança entregue a este estudo. Ensinarão-me a valorizar a importância da memória histórica e da relevância da sua preservação.

Aos amigos que esta caminhada de 5 anos me ofereceu, deixo um agradecimento que não cabe nestas linhas. Aos que estiveram no início e partiram a meio, e aos que chegaram mais tarde e permaneceram até ao fim. Cada um, de forma distinta, marcou este percurso. Ao Chico e ao Alex, amigos que a faculdade trouxe ao acaso e a vida acertou, por serem o abrigo nos dias longos e a prova silenciosa de que o caminho só faz sentido quando caminhamos com outros. Ao Diogo, que nos momentos em que desisti de mim devolveu-me o rumo que julgava perdido. À minha Mariana, o mais belo presente que a vida académica me deu. À Sofia, por surgir no fim do percurso e me fez lembrar que a solidão era apenas impressão do caminho. Ao Zé, cuja presença me trouxe quietude e me ensinou a regressar ao que verdadeiramente sou. E por isso, agradeço a todos o indizível – o que ficou por dizer e que ainda assim me transformou.

*Se as pessoas começarem a pensar no que está a acontecer agora é facilimo perder a liberdade.
Conquistá-la demorou 48 anos de luta e resistência.*

Voz de ativista política entrevistada

Resumo

Introdução. O crescimento de movimentos de extrema-direita na atualidade constitui uma ameaça aos princípios democráticos e um potencial fator de risco para a coesão social e para a saúde mental da população. Em Portugal, este fenómeno político é percebido como especialmente ameaçador por ativistas que lutaram contra a ditadura do Estado Novo (1933-1974). *Objetivo.* Este estudo qualitativo explorou o impacto psicológico do atual contexto político português, caracterizado pela ascensão de partidos políticos de extrema-direita, nas visões do mundo de mulheres presas e torturadas pela PIDE pré-1974. *Método.* Dez mulheres ex-presas políticas, com idades entre 68 e 89 anos, foram entrevistadas entre fevereiro e maio de 2025. *Resultados.* Os dados foram analisados recorrendo à análise temática, tendo sido identificados três temas: (1) Desilusão democrática, associado à perceção da perda de pensamento crítico e do coletivo; (2) “Que mundo vou deixar?”, relacionado à aliança entre maternidade e ativismo político, e adaptação da luta ao envelhecimento; e (3) O legado da luta, associado com preocupações sobre transmissão da memória da resistência e desilusão com uma juventude que percecionam como distante dos valores democráticos. *Discussão.* Os resultados, interpretados segundo o modelo teórico de atribuição de sentido de Park (2010), sugerem que o ajustamento psicológico das participantes envolve um processo contínuo de reorganização de sentido perante o presente contexto político. A perceção de ameaça à democracia é seguida por estratégias de reafirmação de valores e preservação identitária, com implicações clínicas e sociais para a compreensão dos processos de ajustamento psicológico e preservação da memória coletiva.

Palavras-chave: psicologia política; ajustamento psicológico; atribuição de sentido; trauma complexo; sobreviventes de tortura

Abstract

Introduction. The rise of far-right movements in contemporary society poses a significant threat to democratic principles and constitutes a potential risk to social cohesion and the population's mental health. In Portugal, this political phenomenon is perceived as particularly threatening by activists who opposed the Estado Novo dictatorship (1933–1974). *Objective.* This qualitative study explored the psychological impact of the current Portuguese political context, marked by the rise of far-right political parties, on the worldviews of women who were imprisoned and tortured by the PIDE prior to 1974. *Method.* Ten former political prisoners, aged 68 to 89 years, were interviewed between February and May 2025. *Results.* Data were analyzed using thematic analysis, which yielded three themes: (1) Democratic disillusionment, associated with the perceived loss of critical thinking and collective awareness; (2) 'What world will I leave behind?', capturing the interplay between motherhood and political activism, as well as the participants' efforts to adapt their political engagement to the challenges of ageing; and (3) The legacy of struggle, linked to concerns about the transmission of resistance memory and disillusionment with a younger generation perceived as detached from democratic values. *Discussion.* The results, interpreted through Park's (2010) meaning-making model, suggest that participants' psychological adjustment involves an ongoing process of meaning reorganization in response to the current political climate. The perception of a threat to democracy is followed by strategies aimed at reaffirming values and preserving identity, with clinical and social implications for understanding processes of psychological adjustment and the preservation of collective memory.

Keywords: political psychology; psychological adjustment; meaning-making; complex trauma; torture survivors

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento teórico	3
Crescimento dos movimentos de extrema-direita na atualidade.....	3
Contextualização histórica e sociopolítica do Estado Novo (1933-1974)	6
Impacto psicológico prolongado do trauma em contextos de prisão política	8
Ajustamento psicológico ao trauma	11
Pertinência do estudo	14
Método	15
Desenho do estudo	15
Participantes	15
Instrumentos	16
Procedimentos	16
Análise de dados.....	18
Resultados	18
Tema 1: Desilusão democrática.....	19
Subtema 1.1. Regresso da ameaça.	20
Subtema 1.2. Perda do coletivo.....	21
Subtema 1.3. Perda do pensamento crítico.	22
Tema 2: “Que mundo vou deixar?”.....	23
Subtema 2.1. Luta inacabada.....	24
Subtema 2.2. Envelhecimento das ativistas políticas.....	25
Tema 3: O legado da luta.....	26
Subtema 3.1. Traição dos jovens.....	28

Discussão.....	29
Implicações clínicas e sociais.....	32
Limitações	32
Estudos futuros	33
Conclusão	34
Referências	35
Anexos.....	43

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa temático	18
-------------------------------	----

Índice de Anexos

Anexo A: Documento do questionário sociodemográfico semiestruturado.....	43
Anexo B: Documento do guião de entrevista.....	46
Anexo C: Documento de divulgação do estudo	47
Anexo D: Documento de informação sobre o estudo	48
Anexo E: Documento de termo de consentimento informado	50

Introdução

O avanço de movimentos de extrema-direita na atualidade tem sido reconhecido como um fenómeno com implicações psicológicas, políticas e sociais significativas (March et al., 2025; Ni et al., 2020). As ideologias autoritárias e discriminatórias que caracterizam estes movimentos promovem a polarização e a exclusão social, ao ameaçarem valores democráticos fundamentais, como a igualdade e a liberdade (Jupskås & Leidig, 2020; Newth et al., 2025). Em Portugal, este fenómeno político adquire uma relevância particular, dado o seu passado histórico de repressão política e censura, inscrito no regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974). Durante esse período, o controlo político e social foi assegurado por um sistema repressivo de vigilância e de violência institucionalizada, exercido pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que recorria a tortura física e psicológica como instrumento de silenciamento da população (Pimentel, 2019, 2024). Entre as vítimas dessa repressão encontravam-se diversas mulheres que, embora frequentemente esquecidas pela história, tiveram um papel essencial na resistência ao regime, enfrentando inúmeras formas de violência e de discriminação (Melo & Pimentel, 2015; União de Resistentes Antifascistas Portugueses [URAP], 2021).

A investigação no campo da psicologia tem demonstrado que as experiências de prisão política e tortura produzem consequências psicológicas duradouras, que se estendem para além do acontecimento traumático (Başoğlu et al., 2007; Milewski et al., 2023; Steel et al., 2009). Estes efeitos psicológicos incluem sintomas de depressão, ansiedade e perturbação de stress pós-traumático (Milewski et al., 2023; Steel et al., 2009), bem como alterações no sistema de crenças e nos esquemas cognitivos que sustentam a perceção de justiça, segurança e previsibilidade do mundo (Herman, 2022; Janoff-Bulman, 1989). O trauma, ao romper estas estruturas de sentido, compromete a coerência identitária e a capacidade de integrar as experiências adversas na narrativa pessoal do indivíduo (Matos, 2022).

O modelo teórico de atribuição de sentido (*meaning-making model*) proposto por Park (2010) constitui um enquadramento relevante para compreender o ajustamento psicológico a experiências traumáticas. Este modelo diferencia o sentido global, que engloba um sistema de crenças, objetivos de vida e sentido de propósito que organiza a experiência humana, do sentido situacional, que corresponde ao sentido atribuído a acontecimentos particulares (Park, 2010). Quando ocorre uma discrepância entre ambos os sentidos, desencadeia-se um processo de procura

de sentido, com o propósito de restaurar a coerência interna e reduzir o sofrimento psicológico (Park, 2010). Este processo tem vindo a ser investigado em diferentes contextos traumáticos, incluindo catástrofes, guerras e exposição profissional à morte (Matos et al., 2022; Park et al., 2016), contudo, a sua aplicação a sobreviventes de violência política permanece escassa. Estudos recentes têm evidenciado a relevância deste processo, ao demonstrarem que a reconstrução de sentido e a ligação relacional são fatores-chave na recuperação psicológica após experiências traumáticas (Kim et al., 2024). No caso de mulheres que foram presas e torturadas durante a ditadura, a compreensão destes processos é particularmente relevante, dado que as suas vivências de repressão se interligam com a perceção de ameaça democrática atual.

O crescimento recente de movimentos de extrema-direita em Portugal, caracterizado pela disseminação de discursos autoritários, populistas e antidemocráticos (Mendes & Dennison, 2021; Rosas, 2024), pode configurar para estas mulheres uma ameaça simbólica às visões do mundo que estruturam a sua identidade. A literatura científica sugere que contextos sociopolíticos que evocam experiências passadas de perda ou violência podem reativar mecanismos de reorganização emocional e cognitiva (Herman, 2022; Park, 2010). Deste modo, investigar como estas sobreviventes integram os fenómenos políticos atuais nas suas visões do mundo permite compreender se o seu sistema de sentido global, reconstruído ao longo dos anos, prevalece, é reforçado ou é desafiado pelos movimentos de extrema-direita.

Com base nestas considerações, o presente estudo teve como objetivo explorar o impacto psicológico do crescimento de movimentos de extrema-direita nas visões do mundo em mulheres que foram presas e torturadas pela PIDE. Pretendeu-se entender como o contexto político atual é percecionado por estas mulheres e de que modo influencia o seu sistema de sentido global. A investigação utilizou uma abordagem qualitativa, sustentada teoricamente pelo modelo teórico de atribuição de sentido (Park, 2010) e metodologicamente pela análise temática proposta por Braun e Clarke (2006).

Enquadramento teórico

Crescimento dos movimentos de extrema-direita na atualidade

O crescimento de movimentos de extrema-direita no contexto contemporâneo constitui um fenómeno político e social, com implicações diretas para a saúde mental das populações (March et al., 2025; Ni et al., 2020). Os discursos autoritários, misóginos, racistas e xenófobos que caracterizam estes fenómenos políticos promovem a discriminação e a exclusão social entre a população e, conseqüentemente, comprometem a coesão social, os princípios democráticos e os direitos humanos fundamentais (Jupskås & Leidig, 2020; March et al., 2025). A investigação científica tem vindo a alertar para as conseqüências psicológicas associadas à normalização e disseminação deste tipo de discursos, particularmente o aumento dos níveis de ansiedade, medo e sentimentos de vulnerabilidade (March et al., 2025).

Dada a complexidade e o impacto significativo deste fenómeno político no bem-estar psicológico das populações, torna-se essencial delimitar o conceito de *extrema-direita* (March et al., 2025; Newth et al., 2025). Na literatura evidencia-se uma ausência de consenso quanto à definição do conceito de extrema-direita, devido à natureza evolutiva deste conceito, marcado por um dinamismo conceptual que expressa a capacidade de reconfiguração da extrema-direita perante contextos culturais, sociais e tecnológicos divergentes (Newth et al., 2025). O conceito de extrema-direita varia igualmente em função dos desafios sociopolíticos característicos de cada época e país (Newth et al., 2025), abrangendo não só os partidos que se autodeterminam como extrema-direita, mas também grupos fascistas, movimentos ultraconservadores e regimes com tendências totalitárias e discursos autoritários (March et al., 2025). Esta posição política é caracterizada, segundo Jupskås e Leidig (2020), pela crença central de que as desigualdades sociais não devem ser retificadas, uma vez que são intrínsecas ao ser humano, defendendo, através do neoliberalismo económico, da promoção da desigualdade (e.g., racismo, homofobia, transfobia e misoginia) e do uso de discursos polarizadores, baseados no medo e promotores de práticas discriminatórias contra minorias (e.g., imigrantes), como mecanismo de mobilização social. A extrema-direita define-se ainda pelo autoritarismo e pela adoção do uso de argumentações negacionistas relativamente a evidências científicas, fomentando divisões sociais e desigualdades nas comunidades, frequentemente encobertas pela preservação da cultura e identidade coletiva das mesmas (Jupskås & Leidig, 2020; Newth et al., 2025).

À escala mundial, o crescimento de movimentos de extrema-direita evidencia-se como um fenómeno transnacional e global (Campos, 2023). A investigação realça o primeiro mandato presidencial de Donald Trump (2017-2021) como o marco na política norte-americana para a legitimação de discursos autoritários e populistas (Albrecht, 2022). A sua atual reeleição, em 2025, reforçou a normalização destas ideologias discriminatórias e autoritárias na esfera política dos Estados Unidos da América (doravante EUA) (Patrona, 2025). Nas últimas décadas, verificou-se a aceitação e validação de discursos de extrema-direita (Brown et al., 2023) em diversos países europeus, onde estas forças políticas anteriormente eram fortemente estigmatizadas (Krzyżanowski, 2020). Esta evolução confirma um novo fenómeno de normalização e integração dos movimentos de extrema-direita resultantes da legitimação dos seus ideais na população e entre dirigentes políticos (Brown et al., 2023). Os partidos populistas radicais de direita atingiram resultados eleitorais bastante significativos nas eleições legislativas dos últimos 5 anos, tal como foi o caso da Alemanha – a Alternativa para a Alemanha (AfD) alcançou um avanço eleitoral considerável nas últimas eleições legislativas de 2025 com 20,8% dos votos (Diário de Notícias, 2025) –, da Espanha – o VOX obteve 12,4% nas eleições legislativas de 2023 (SIC Notícias, 2023) – e da Suécia – os Democratas Suecos (SD) alcançaram o seu resultado mais elevado de sempre nas legislativas de 2022 com 20,5% (Rosas, 2024).

Durante várias décadas, Portugal foi considerado um dos últimos países imunes à crescente expansão das forças políticas de extrema-direita em toda a Europa (Afonso, 2021), hipotetizando-se que esta ausência de movimentos de extrema-direita estaria associada ao passado histórico do legado fascista do regime salazarista (Mendes & Dennison, 2021). No entanto, nos últimos 5 anos, registou-se um crescimento significativo do Partido Chega, que passou de 1,3% dos votos nas legislativas de 2019 (Ministério da Administração Interna, 2019) para 22,76% nas eleições legislativas de 2025, consolidando-se como a terceira força política portuguesa e elegendo 60 deputados para a Assembleia da República (Ministério da Administração Interna, 2025). Este crescimento considerável tem sido relacionado com a sua elevada visibilidade mediática, em comparação com outros partidos de direita que antecederam o Chega (Mendes & Dennison, 2021), evidenciando o fim da estigmatização nacional de partidos de extrema-direita (Manucci, 2025). O Chega, enquanto partido político de extrema-direita populista, caracteriza-se pela articulação do autoritarismo, populismo, nativismo, ultraconservadorismo e neoliberalismo, demonstrados na oposição a políticas de redistribuição da riqueza e de justiça social, adotando uma posição contrária

às liberdades fundamentais da democracia liberal e definindo-se como a “voz do povo” (Mendes & Dennison, 2021; Rosas, 2024).

A compreensão do impacto dos avanços das forças de extrema-direita, enquanto movimentos que ideologicamente ameaçam os princípios fundamentais da democracia, nomeadamente a igualdade e a liberdade, requer uma abordagem multidimensional que, simultaneamente, considere as implicações psicológicas, políticas e sociais deste fenómeno mundial (March et al., 2025; Mohiyeddini, 2025). A literatura refere que a exposição a discursos autoritários, ideologias discriminatórias e contextos de instabilidade sociopolítica relaciona-se com alterações significativas na saúde mental (March et al., 2025; Ni et al., 2020; Ortlund et al., 2025).

A investigação de March e colaboradores (2025) concluiu, com base na revisão narrativa de âmbito global, que o aumento da difusão mundial das forças de extrema-direita está associado ao fortalecimento de ideologias autoritárias, racistas, misóginas e xenófobas, assim como à intensificação de discursos políticos de incitação ao ódio e à violência, tanto simbólica como física. Esta dinâmica sociopolítica evidenciou uma relação com o aumento dos níveis de ansiedade, depressão, comportamentos de risco, abuso de substâncias, tentativas de suicídio e de redução da autoestima na população mundial, além de favorecer a fragilização da coesão social e da perceção de apoio da comunidade (March et al., 2025). Como potenciais consequências psicológicas da exposição prolongada a discursos de extrema-direita, os autores destacaram sintomas de Perturbação de Stress Pós-Traumático (doravante PSPT) e a transmissão intergeracional de comportamentos discriminatórios e de violência (March et al., 2025).

De forma congruente com estas evidências científicas, a revisão sistemática de Ni e colaboradores (2020), que integrou 52 estudos procedentes de 20 países distintos, evidenciou que a exposição a contextos de instabilidade, repressão e de violência sociopolítica durante protestos e revoluções estavam associados a fatores de risco que amplificam os efeitos psicológicos, nomeadamente baixo nível socioeconómico, ausência de rede de apoio e ser mulher. De modo complementar, o estudo longitudinal de Ortlund e colaboradores (2025), que analisou uma amostra de 148 mulheres norte-americanas do estado da Geórgia, demonstrou que a perceção de políticas restritivas aos direitos das mulheres, em simultâneo com o aumento da polarização política, foram associados a uma diminuição do bem-estar psicológico e a um aumento de sintomas de sofrimento psicológico, incluindo *stress*, ansiedade e depressão. Os investigadores destacaram ainda que a

vulnerabilidade individual, particularmente a percepção de ameaça às liberdades fundamentais, potencia estes efeitos, realçando o papel do contexto sociopolítico como um fator de risco para a saúde mental destas mulheres (Ortlund et al., 2025).

Contextualização histórica e sociopolítica do Estado Novo (1933-1974)

Portugal atravessou, no início do século XX, um período de elevada instabilidade política, económica e social, marcado por desigualdades estruturais e crises constantes (Baiôa, 2014). Em 1910, a implementação da República pôs termo à monarquia, contudo a instabilidade governativa permaneceu, sendo este período caracterizado por recorrentes mudanças de governo e por uma polarização ideológica (Meneses & Oliveira, 2024). Ao longo da Primeira República (1910-1926), as tensões económicas e sociais acentuaram-se, gerando um clima de fragilidade institucional que favoreceu o surgimento de respostas políticas autoritárias (Baiôa, 2014; Meneses & Oliveira, 2024). O contexto político internacional, marcado pela ascensão de regimes fascistas, como o franquismo em Espanha e o nazismo na Alemanha, influenciaram as elites portuguesas ao legitimarem essas políticas repressivas (Rosas, 2013, 2024). A instabilidade política nacional, aliada à fragmentação partidária, culminou no golpe militar de 28 de maio de 1926, que estabeleceu as bases para a consolidação do Estado Novo em 1933 (Rosas, 2013).

O Estado Novo (1933-1974) constituiu o regime ditatorial mais prolongado da Europa do século XX (Rosas, 2013), baseando-se num regime autoritário, nacionalista e conservador (Rosas, 2013). A legitimação ideológica deste regime assentou no uso simbólico da Igreja, articulado com um discurso ideológico e moral direcionado para a ordem, a obediência e a defesa da nação (Rosas, 2001; Torgal, 2009). O controlo político e social da população foi assegurado através de um aparelho fortemente repressivo, apoiado por mecanismos de censura dos meios de comunicação, por restrições das liberdades dos cidadãos e pela vigilância constante da polícia política (Torgal, 2009). Este tipo de polícia destacou-se pelo uso da intimidação e da violência como instrumentos de sustentação da autoridade do regime (Pimentel, 2024).

A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (doravante PVDE) foi criada em 1933, com o propósito de reforçar o aparelho repressivo ditatorial e de combater os crimes contra a segurança do Estado, proliferando o medo e neutralizando qualquer forma de contestação à ditadura salazarista (Pimentel, 2019). Em 1945, a PVDE foi reorganizada sob a nova designação de Polícia Internacional e Defesa do Estado (doravante PIDE), sendo posteriormente sucedida pela Direção-

Geral de Segurança (doravante DGS) (URAP, 2021). Para efeitos do presente estudo, será utilizada a designação PIDE para representar todas as siglas desta instituição. A PIDE estabeleceu-se como o instrumento fundamental de controlo político e de disseminação do medo entre a população operando sob o secretismo dos interrogatórios e sob a proibição da presença de advogado no processo jurídico (Pimentel, 2019, 2024). Os principais alvos desta polícia política incluíam membros da oposição, com maior ênfase nos militantes do Partido Comunista Português (doravante PCP), estendendo-se a trabalhadores rurais e urbanos, estudantes e militares envolvidos em ações de resistência contra o regime (Pimentel, 2024).

Neste contexto de repressão, as práticas dirigidas a estes grupos evidenciavam uma estratégia de controlo sistemático, que estruturou a operação da PIDE em duas dimensões fundamentais: a vigilância preventiva e o recurso à tortura sistemática, conjugando a detenção arbitrária de cidadãos com práticas de violência psicológica e física durante os interrogatórios (Bastos, 2013). Embora nos arquivos da PIDE não constem registos de violência durante os interrogatórios, numerosos testemunhos de ex-presos políticos confirmaram o emprego de métodos de tortura no contexto das suas prisões políticas (URAP, 2021). Os agentes da PIDE recorriam a espancamentos, a torturas de privação de movimentos e de sono, e ao isolamento prolongado, associado a alucinações e desorientação espaço-temporal (Bastos, 2013; URAP, 2021).

No seio deste sistema de repressão política, a PIDE percecionava as mulheres como “figuras secundárias” na resistência ao regime (Pimentel, 2024). Inseridas numa sociedade profundamente conservadora, patriarcal e estruturalmente discriminatória, as mulheres não eram reconhecidas como cidadãs de pleno direito, permanecendo em condições de opressão, humilhação e injustiça institucional (URAP, 2021). A ideologia do Estado Novo (1933-1974) reforçou uma sociedade de género rígida, orientando a educação feminina para o cumprimento de papéis morais e domésticos, como educadora, dona de casa, esposa e mãe (Melo & Pimentel, 2015; URAP, 2021). Apesar da repressão sistemática e da violência, tanto física como psicológica, o papel da resistência feminina revelou-se determinante para a luta contra o regime salazarista, evidenciando-se na mobilização em defesa da democracia, da liberdade e da igualdade de direitos (URAP, 2021). Através de organizações clandestinas estudantis e laborais, bem como da militância no PCP, as mulheres assumiram progressivamente um papel ativo na contestação política e social durante o regime (Torgal, 2009).

Esta participação das ativistas políticas na resistência estendeu-se ao contexto prisional, no qual estas mulheres criaram redes de apoio clandestinas nas várias prisões da PIDE (e.g., Cadeia Política do Aljube, Cadeia do Forte de Caxias e Delegação da PIDE no Porto, no edifício do Heroísmo), desenvolvendo mecanismos de apoio mútuo face às condições hostis do encarceramento, através da partilha de recursos, de informações e de estratégias de comunicação secretas, reforçando os laços de resistência e de coesão entre as presas e os seus familiares (Gorjão, 2025; URAP, 2021). A partir do início da década de 1960, a resistência das mulheres deixou de estar vinculada à militância dos seus maridos, e as práticas de tortura passaram a assumir um carácter sistemático e desumano, sujeitando as presas políticas aos mesmos métodos de tortura aplicados aos homens (Pimentel, 2024). Foram introduzidas novas formas de tortura e de violência de género, orientadas para a desvalorização da dignidade e da identidade feminina, incluindo torturas sexuais, como por exemplo, humilhações, nudez forçada e contacto físico invasivo, e práticas de humilhação extrema, como a privação de condições básicas de higiene durante a menstruação, forçando as presas a recorrer às suas roupas para se limparem (Pimentel, 2024; URAP, 2021).

De acordo com os registos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, estima-se que mais de 1 755 mulheres tenham sido detidas e torturadas pela polícia política do regime ditatorial (URAP, 2021). Após a sua libertação, a maioria destas presas políticas não beneficiou de qualquer acompanhamento psicológico ou social, enfrentando dificuldades significativas de reintegração e de estigmatização social associada à condição de ex-presas políticas (URAP, 2024). Além disso, sofreram consequências físicas e psicológicas a longo prazo decorrentes das experiências de tortura (Rodrigues, 2022).

Impacto psicológico prolongado do trauma em contextos de prisão política

A exposição a contextos sociopolíticos caracterizados por regimes e discursos autoritários tem sido relacionada com alterações significativas na saúde mental, particularmente em indivíduos que haviam experienciado formas de violência e opressão política no passado (Williams et al., 2023). Estudos realizados com ex-presos políticos evidenciam que as experiências de prisão e tortura estão associadas a consequências psicológicas a longo prazo, incluindo depressão, PSPT e dificuldades de ajustamento social mesmo após a libertação (Bichescu et al., 2005). Neste contexto, o género feminino constitui um potencial fator de risco, dado que evidências empíricas demonstram

que mulheres ex-presas políticas apresentam padrões de vulnerabilidade específicos, tais como maior intensidade de sintomas depressivos e ansiosos e uma maior dificuldade em processar e integrar as experiências traumáticas (Ghaddar et al., 2016; Halvorsen & Kagee, 2010).

Apesar de o conceito de *trauma* apresentar uma certa ambiguidade na sua definição, a investigação contemporânea tem vindo a contribuir para o progresso na reconciliação da experiência subjetiva de traumatização (Boals, 2018; Matos, 2022) com a exposição do sujeito ao acontecimento objetivamente traumático (Friedman et al., 2011). Segundo o DSM-5 (American Psychological Association [APA], 2023), o trauma envolve a exposição a morte real ou ameaçada, ferimentos graves ou violência sexual, podendo essa exposição ocorrer de forma direta, por testemunho do acontecimento, por conhecimento de que ocorreu a um amigo ou familiar, ou ainda através de exposição repetida ou extrema a detalhes aversivos do evento. Os acontecimentos traumáticos primários decorrem da exposição direta do sujeito a eventos que provocam impotência, terror e medo intenso, tais como violência sexual, agressões físicas e tortura (Flannery, 2015). Estes tipos de experiências constituem ameaças graves à segurança psicológica e emocional do indivíduo, produzindo ruturas significativas e alterando a autoperceção e a compreensão do mundo social deste (Larsen & Pacella, 2016).

A *tortura* constitui uma das tipologias mais extremas e intencionais de trauma, sendo definida pela Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes como “qualquer ato por meio do qual uma dor ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa com os fins de, nomeadamente, obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissões” (United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, 1984, p. 1). A prática de tortura visa a humilhação e a fragmentação da coesão identitária do indivíduo, comprometendo o sentido de controlo sobre a própria existência e o vínculo com o mundo e com o outro (Friedman et al., 2011; Hong & Pickering, 2023). Este fenómeno constitui uma prática sistemática em regimes autoritários, auxiliando o sistema repressivo e o controlo político através do recurso ao sofrimento psicológico e físico como instrumento de silenciamento dos presos políticos (Williams et al., 2023). Ademais, a literatura científica tem evidenciado sistematicamente que a exposição a práticas de violência política e tortura está associada a impactos psicológicos prolongados, comprometendo significativamente a saúde mental dos sobreviventes (Başoğlu et al., 2007; Steel et al., 2009).

A revisão sistemática e meta-análise de Milewski e colaboradores (2023), que integrou 266 estudos procedentes de 105 países, demonstrou, numa perspetiva mundial, que a exposição a diferentes métodos de tortura, tais como espancamentos e privação de comida e água, constituía um padrão de violência em contextos de repressão política. Os autores destacaram ainda que a exposição a estas práticas estava sistematicamente associada a alterações psicológicas duradouras, nomeadamente depressão, ansiedade e PSPT (Milewski et al., 2023). De forma complementar, a revisão sistemática de Willis e colaboradores (2015), que incluiu 15 publicações provenientes de oito estudos distintos, evidenciou que a ausência de apoio social, a falta de reabilitação após libertação, o isolamento subsequente e a perseguição contínua em liberdade, aliados às limitações de acesso a oportunidades profissionais e educativas, contribuíram para a persistência e agravamento dos sintomas psicológicos, reforçando o impacto prolongado da repressão política na saúde mental dos ex-presos políticos (Willis et al., 2015).

A literatura científica contemporânea tem identificado o género feminino como um fator de risco específico em contextos de repressão política e de tortura, evidenciando uma tendência significativamente mais elevada, em comparação com o género masculino, para o desenvolvimento de sintomas psicológicos associados ao trauma (Ghaddar et al., 2016; Sousa, 2013). Estudos científicos realizados com amostras de ex-presas políticas indicaram que as mulheres apresentaram níveis superiores de sintomas de depressão, ansiedade e PSPT, comparativamente a homens que vivenciaram experiências de prisão política semelhantes (Ghaddar et al., 2016). Esta vulnerabilidade tem sido associada às particularidades da experiência feminina em contextos de repressão e de encarceramento político, particularmente a exposição a violência sexual, a humilhações de cariz sexual e a ameaças direcionadas à integridade corporal e familiar das mulheres (Sousa, 2013; Spiric et al., 2010). No decorrer do período de prisão e interrogatórios, as práticas de tortura sexual e a desvalorização da identidade feminina das presas contribuíram para a intensificação e persistência da sintomatologia psicológica (Cubillos-Vega, 2023; Spiric et al., 2010). Estes impactos prolongados tendem a ser intensificados no género feminino pela estigmatização social e pelas dificuldades na verbalização da experiência traumática, fatores que complicam a integração do trauma e a reconstrução da identidade (Cubillos-Vega, 2023; Spiric et al., 2010).

Ajustamento psicológico ao trauma

O ajustamento psicológico após experiências traumáticas constitui um processo contínuo e multidimensional de reorganização cognitiva, emocional e existencial, através do qual o indivíduo procura integrar acontecimentos que desafiaram as suas crenças fundamentais (Matos, 2022; Park, 2022). No contexto de traumas decorrentes de violência política e de tortura, o ajustamento psicológico torna-se especialmente complexo, por implicar a reconstrução de sistemas de crenças morais, relacionais e de pertença (Silove, 2013). O modelo teórico de atribuição de sentido proposto por Park (2010) constitui um quadro fundamental para a compreensão dos processos de ajustamento pós-traumático, ao destacar o papel estruturante da reconstrução de sentido na recuperação psicológica e na reconfiguração do *self*.

Segundo Herman (2022), o conceito de *trauma psicológico* corresponde a uma experiência de ameaça extrema à integridade psicológica ou física, cuja intensidade ultrapassa a capacidade do sujeito para integrar o acontecimento de forma emocional e cognitiva. Esta definição enfatiza a natureza disruptiva do trauma, que se manifesta não apenas na ocorrência do acontecimento, mas sobretudo no modo como este desestrutura os sistemas de sentido e as crenças fundamentais de controlo, previsibilidade e segurança (Janoff-Bulman, 1992; Park, 2010). A rutura destas estruturas compromete a coerência identitária e narrativa, potenciando fenómenos de desorganização emocional, perda de sentido existencial e dissociação (Joseph & Linley, 2005; Tedeschi & Calhoun, 2004). Assim, a compreensão do trauma psicológico está intrinsecamente vinculada à experiência subjetiva do sujeito e aos processos de atribuição de sentido através dos quais este indivíduo narra e integra o acontecimento ou acontecimentos adversos (Matos, 2022).

A *atribuição de sentido* corresponde a um processo psicológico central no ajustamento a acontecimentos percebidos como traumáticos, através do qual o sujeito procura restaurar a coerência entre a experiência vivida e os seus sistemas globais de crenças básicas, objetivos e sentido de propósito (Park, 2010, 2022). Este processo envolve uma reconstrução emocional e cognitiva dos significados comprometidos pelo trauma, permitindo a reorganização da narrativa pessoal e a integração do acontecimento na estrutura identitária do *self* (Janoff-Bulman, 1992; Matos, 2022). De acordo com Park e Folkman (1997), a atribuição de sentido implica um esforço contínuo para reduzir a discrepância entre o sentido situacional atribuído ao acontecimento e os sentidos globais que sustentam as visões do mundo e de si mesmo. A literatura científica tem

evidenciado que a eficácia deste processo depende da flexibilidade cognitiva e da capacidade reflexiva do indivíduo para reavaliar as suas crenças e objetivos de acordo com a nova realidade (Davis et al., 2000; Schnell & Krampe, 2020). O sucesso do processo de atribuição de sentido contribui para a restauração da coerência psicológica e para a reintegração do acontecimento na narrativa identitária, potenciando o crescimento e o desenvolvimento pessoal (Joseph & Linley, 2005; Tedeschi & Calhoun, 2004).

A eficácia do processo de atribuição de sentido traduz-se nos resultados de ajustamento psicológico, que refletem o grau em que o sujeito consegue integrar a experiência traumática e restaurar a coerência interna (Park, 2010, 2022). O *ajustamento psicológico* é conceptualizado pela literatura contemporânea como um processo ativo de adaptação, que inclui a capacidade de acomodar as mudanças geradas pelo trauma e de restaurar o funcionamento cognitivo, emocional e existencial comprometido (Bonanno, 2004, 2021). Este processo transcende a simples melhoria sintomatológica, representando uma reorganização das estruturas de identidade e de crenças, que permite integrar o acontecimento adverso de forma coesa com os sistemas de sentido do indivíduo (Joseph & Linley, 2005; Matos, 2022). Estudos empíricos atuais têm evidenciado que o ajustamento psicológico está associado a níveis mais elevados de autorreflexão, flexibilidade cognitiva e capacidade de redefinir objetivos e sentido de propósito (Blekic et al., 2022; Schnell & Krampe, 2020).

O modelo teórico de atribuição de sentido (*meaning-making model*) de Park (2010) constitui um quadro integrativo para a compreensão dos processos de ajustamento psicológico a experiências potencialmente traumáticas. Este modelo enfatiza a relevância das avaliações emocionais e cognitivas que cada sujeito constrói a partir do acontecimento adverso, sem desconsiderar o impacto objetivo desse evento (Park, 2010). A partir dos contributos de Park e Folkman (1997), o modelo distingue dois níveis de sentido: global e situacional. O sentido global corresponde aos sistemas de orientação que estruturam as visões do mundo de cada sujeito (Pargament, 2001) e influenciam as ações, as respostas emocionais e os processos de pensamento (Park, 2010). O sentido global inclui três dimensões: (1) crenças globais, que permitem interpretar as suas visões do mundo, tais como crenças de previsibilidade, controlo, justiça e segurança; (2) objetivos de vida, que representam metas e processos internos associados a domínios como o trabalho, a religião e o conhecimento; e (3) sentido de propósito, que traduz a perceção de que as ações do sujeito são direcionadas para um estado ou objeto desejado (Pargament, 2001; Reker &

Wong, 1988). Estes sistemas de sentido global formulam um guia interno que orienta a interpretação da realidade e a regulação da experiência afetiva (Park, 2010). O sentido situacional, por sua vez, refere-se ao sentido atribuído a um acontecimento potencialmente traumático (Park, 2010). A atribuição de sentido a um acontecimento adverso implica uma avaliação inicial da experiência, que visa determinar causalidade, percepção de controlo e repercussões, que serão comparada com o sentido global existente (Park, 2010). Se a avaliação inicial de um acontecimento for discrepante do sentido global e violar crenças centrais, objetivos de vida ou sentido de propósito (Park, 2010), essa percepção de violação causa sofrimento psicológico. Quanto maior for a discrepância percebida, maior tende a ser o sofrimento psicológico, aumentando a urgência de procura e de atribuição de sentido (Park, 2010).

De acordo com Park (2010), o processo de procura e atribuição de sentido (*meaning-making*) pode ocorrer de diferentes formas: (1) de modo automático ou deliberado; (2) por assimilação (adaptar a interpretação do evento às crenças vigentes) ou por acomodação (alteração das crenças e objetivos globais do sujeito); (3) através da busca por compreensibilidade e significância; e (4) através de processos cognitivos e/ou emocionais (estratégias de reavaliação cognitiva que reorganizam o significado e integram a experiência do sujeito). O objetivo final será reduzir a discrepância e, como tal, o sofrimento, restabelecendo a percepção de previsibilidade, coerência e propósito no indivíduo (Park, 2010). Deste processo surgem os sentidos construídos, resultantes das mudanças motivadas pela necessidade de diminuição das discrepâncias (Park, 2010). Existem vários tipos de sentido construídos, particularmente: a reavaliação do sentido do *stressor*, o sentido de “ter encontrado sentido”, a restauração ou mudança no sentido de significado de vida, a percepção de crescimento ou mudanças positivas na vida, a aceitação, as reatribuições e compreensão causal, a mudança de objetivos globais, a mudança de crenças globais e a mudança de identidade/integrar a experiência stressante na identidade (Joseph & Linley, 2005; Park, 2010).

As atualizações teóricas do modelo de atribuição de sentido (Park, 2010) têm reforçado a sua relevância na investigação contemporânea, como evidenciou o estudo de Park (2022), que enfatizou a pertinência do modelo proposto pela autora na compreensão dos processos de reconstrução de sentido após eventos traumáticos. O ajustamento psicológico após a exposição a acontecimentos traumáticos, tais como a perseguição ideológica ou a tortura, depende do modo como o indivíduo integra o sentido atribuído ao acontecimento adverso (sentido situacional) com o seu sentido global de crenças, valores e sentido de propósito (Park, 2010, 2022). O estudo

longitudinal de Fitzke e colaboradores (2021) orientou uma amostra de 1 687 adultos em fase de vida tardia acompanhados ao longo de 19 anos, evidenciou que as estratégias de construção de sentido, nomeadamente a reavaliação positiva, exerceram um impacto positivo, direto e indireto no ajustamento psicológico, contribuindo para a redução do sofrimento psicológico da amostra. Foram obtidos resultados convergentes na investigação de Matos e colaboradores (2022), num estudo com uma amostra de 45 refugiados sírios em Portugal, na qual a discrepância entre o sentido global, particularmente crenças e objetivos de vida, e o sentido situacional, tais como experiências de violência, perda e deslocamento, comprometeu o ajustamento psicológico desta amostra, sendo a reconstrução de sentido, mediada pela religião, cultura e apoio comunitário, decisiva na recuperação e reorganização identitária.

Pertinência do estudo

O presente estudo assume relevância científica ao investigar de que forma mulheres em fase de vida adulta tardia, com trajetórias de ativismo político e experiências de prisão política e de tortura durante a ditadura portuguesa, reinterpretem o contexto sociopolítico atual marcado pelo crescimento de movimentos de extrema-direita. A pertinência da investigação decorre do modo como, passados 51 anos após o fim do regime salazarista, estas mulheres, numa fase de vida adulta tardia marcada por processos de integração biográfica e de reavaliação do sentido (Erikson & Erikson, 1998; Tornstam, 2005), reorganizam os seus sistemas de sentido global e reafirmam o seu compromisso ético face às ameaças colocadas por forças políticas de extrema-direita que evocam o passado repressivo.

A pertinência científica do estudo reforça-se pela escassez de investigações focadas no impacto psicológico de fenómenos sociopolíticos recentes sobre populações que viveram experiências de repressão política. Poucos estudos analisam a forma como estas experiências são reinterpretadas em fases avançadas do ciclo de vida e à luz de recentes transformações políticas. A aplicação do modelo de atribuição de sentido (Park, 2010) permite analisar de que modo o contexto sociopolítico atual desafia e reconfigura as visões do mundo previamente reconstruídas após o trauma. Deste modo, o presente estudo contribui para o aprofundamento teórico da compreensão do ajustamento psicológico como um processo dinâmico e contínuo, influenciado pelas mudanças nas circunstâncias sociopolíticas contemporâneas.

Este estudo apresenta também pertinência social ao valorizar a memória histórica e o papel das mulheres na resistência política. A compreensão de como estas mulheres atribuem sentido ao presente contexto sociopolítico contribui para identificar o impacto psicológico que o crescimento de discursos e políticas autoritárias pode exercer nas gerações que presenciaram regimes repressivos, preservar a memória coletiva e evitar o esquecimento histórico.

Método

Desenho do estudo

A presente investigação adotou um desenho qualitativo de natureza exploratória e interpretativa, centrado na compreensão da experiência subjetiva e dos sentidos atribuídos pelas participantes. Este delineamento revelou-se o mais adequado para explorar o impacto psicológico do crescimento de movimentos de extrema-direita nas crenças, objetivos de vida e sentido de propósito de mulheres torturadas pela PIDE durante a ditadura. A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, o que permitiu aceder às narrativas pessoais das participantes e investigar o sentido que atribuíam aos avanços dos movimentos de extrema-direita na atualidade.

Participantes

A amostra do estudo foi composta por 10 mulheres que preencheram os seguintes critérios de inclusão: (1) identificação com o género feminino e (2) terem sido ativistas políticas presas pela PIDE durante o Estado Novo (1933-1974). As participantes foram entrevistadas entre fevereiro e maio de 2025. As idades variaram entre 68 anos e os 89 anos ($M = 79,3$; $DP = 6,4$), encontrando-se todas na fase de vida adulta tardia. Quanto ao estado civil da amostra, seis participantes encontravam-se casadas, duas eram divorciadas ou separadas, uma era viúva e uma indicou outra situação. No que diz respeito à nacionalidade, todas as participantes eram portuguesas, sendo que oito residiam no distrito de Lisboa, uma no distrito do Porto e uma no distrito de Évora. Em relação à composição do agregado familiar, oito participantes tinham filhos, com idades compreendidas entre 31 anos e 57 anos ($M = 50,5$; $DP = 7,2$), e duas não tinham filhos. Entre as participantes com filhos, a média foi de 1,3 filhos ($DP = 0,8$). No momento da recolha de dados, seis mulheres viviam com o cônjuge ou parceiro, três viviam sozinhas e uma não respondeu. Quanto ao nível de escolaridade, uma participante concluiu o ensino básico (4.º ano) e nove possuíam formação no

ensino superior, incluindo quatro licenciaturas e cinco doutoramentos. No plano da religião, sete mulheres declararam-se ateias e três agnósticas, sendo que todas referiram não praticar qualquer religião de forma regular.

Instrumentos

O protocolo de investigação integrou dois instrumentos principais de recolha de dados: um questionário sociodemográfico (ver Anexo A), concebido para os fins deste estudo, e administrado como entrevista estruturada a cada participante, com o objetivo de caracterizar o perfil das participantes. Este instrumento foi composto por cinco secções: (a) informação sociodemográfica (idade, género, nacionalidade, local de residência, agregado familiar, religião e nível de escolaridade); (b) experiência pré-prisão (ativismo político durante a ditadura); (c) experiência durante a prisão (número e duração das prisões e experiências de tortura); (d) experiência pós-prisão (continuidade do ativismo após a libertação e acontecimento mais marcante da prisão); e (e) momento presente (afiliação política e participação em ativismo social, político e/ou científico).

O segundo instrumento consistiu no guião de entrevista semiestruturada (ver Anexo B), elaborado para explorar as alterações nas visões do mundo das participantes face ao crescimento de movimentos de extrema-direita em Portugal, considerado o principal *stressor* deste estudo. As entrevistas foram compostas por questões abertas, permitindo aceder às narrativas individuais e compreender os processos de reconstrução de sentido no contexto sociopolítico atual. A entrevista iniciou-se com uma questão introdutória – “Como vê o surgimento de movimentos de extrema-direita nos últimos anos?” – com o objetivo de facilitar a evocação de perceções e experiências pessoais. De seguida, as participantes foram convidadas a refletir sobre possíveis alterações às suas crenças (“Como é que esta nova realidade tem afetado as suas crenças?”), objetivos de vida (“...e os seus objetivos de vida?”) e sentido de propósito (“...e o seu sentido de propósito?”) relativamente ao contexto sociopolítico atual.

Procedimentos

O recrutamento das participantes foi inicialmente articulado com uma historiadora especializada no estudo do Estado Novo (1933-1974) e da PIDE, que disponibilizou uma lista inicial de contactos. Mais tarde, foi utilizada a técnica de amostragem em bola de neve, permitindo expandir a amostra através de contactos fornecidos pelas próprias participantes. A recolha de dados decorreu entre fevereiro e maio de 2025. As participantes elegíveis foram contactadas por correio

eletrónico ou telefone, recebendo o documento de divulgação do estudo (ver Anexo C), que apresentava informações sobre o objetivo do estudo, a duração aproximada da entrevista (cerca de 60 a 90 minutos), os procedimentos de confidencialidade e a possibilidade de escolher entre formato presencial ou remoto, conforme a sua preferência. Todas as participantes optaram pela modalidade presencial.

As entrevistas ocorreram em contextos seguros e privados, de acordo com as preferências individuais das participantes. Oito entrevistas foram realizadas nas residências das participantes, em Lisboa e no Porto, e duas numa sala reservada da Unidade de Investigação William James Center for Research – ISPA – Instituto Universitário. No início de cada entrevista, foram novamente explicados os objetivos da investigação, sendo disponibilizado um documento de informação sobre o estudo (ver Anexo D), que reforçava os procedimentos, os direitos das participantes, a confidencialidade, os riscos e os benefícios da participação e os contactos da equipa de investigação para eventuais esclarecimentos. As participantes também assinaram o termo de consentimento informado (ver Anexo E), que incluía a autorização para gravação áudio e a garantia da confidencialidade dos dados.

As entrevistas tiveram uma duração média de 90 minutos e foram conduzidas de forma semiestruturada. Devido à natureza potencialmente retraumatizante dos conteúdos abordados, a investigadora adotou uma postura empática e sensível ao trauma, acompanhando sinais de *distress* emocional e disponibilizando pausas sempre que necessário. Em uma ocasião, a entrevista foi temporariamente interrompida, respeitando os limites e ritmo da participante. No final de cada entrevista, foi realizado um momento de *follow-up* individual, permitindo às participantes partilhar reflexões sobre a entrevista e esclarecer eventuais dúvidas. No dia seguinte, todas as participantes foram novamente contactadas para agradecer a colaboração e monitorizar o seu bem-estar emocional.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio com consentimento informado, transcritas integralmente e posteriormente anonimizadas. Os ficheiros áudio foram eliminados após a transcrição. Os dados foram armazenados em ficheiros digitais protegidos por palavra-passe e em locais seguros, garantindo a sua confidencialidade. As participantes foram identificadas através de códigos alfanuméricos, criados de acordo com o distrito em que a entrevista ocorreu, o número de atribuído à participante e o contexto presencial de recolha dos dados, ou seja, residencial ou

universitário (e.g., LX001PC). A autora da presente dissertação também assinou um documento de compromisso de confidencialidade dos dados.

Análise de dados

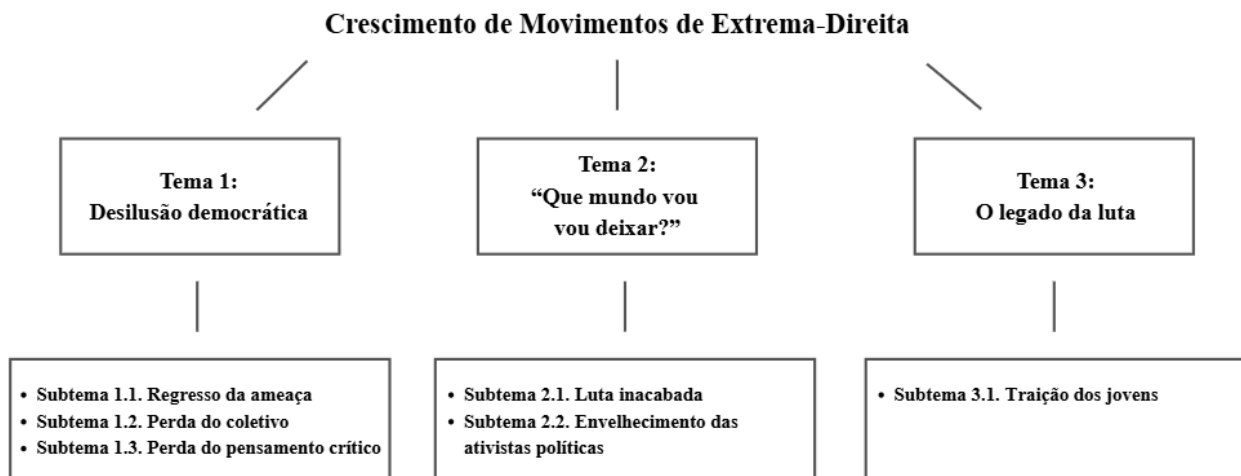
As entrevistas foram integralmente transcritas e analisadas segundo uma análise temática, de acordo com o modelo de seis fases proposto por Braun e Clarke (2006). Deste modo, o processo incluiu: (1) familiarização com os dados; (2) codificação inicial; (3) procura de temas; (4) revisão dos temas; (5) definição e nomeação dos temas; e (6) elaboração do relatório. Esta abordagem foi escolhida pela sua flexibilidade e pela adequação à exploração de fenómenos psicológicos complexos, permitindo identificar padrões recorrentes de sentido nas narrativas das participantes, sem desconsiderar a dimensão coletiva e singular de cada testemunho (Braun & Clarke, 2006).

A análise seguiu um processo indutivo e interativo, iniciado com uma leitura integral das transcrições e com a geração de códigos iniciais. Os códigos foram posteriormente agrupados e revistos até à definição de temas e subtemas, com base na sua coerência e pertinência face aos objetivos do estudo. O processo de codificação e de construção temática foi conduzido com recurso ao software MAXQDA 2024 (VERBI Software, 2024), que auxiliou a organização dos dados. A construção temática foi acompanhada e discutida de forma contínua com a investigadora responsável do estudo, assegurando a consistência e credibilidade dos resultados.

Resultados

Figura 1:

Mapa temático



Foram identificados três temas centrais que responderam à questão de investigação “Qual o impacto psicológico do crescimento de movimentos de extrema-direita nas visões do mundo de mulheres torturadas pela PIDE?”. Estes temas foram: (1) Desilusão democrática, que refletiu as percepções de ameaça perante o avanço de movimentos de extrema-direita; (2) “Que mundo vou deixar?”, reflexão comum nas narrativas das participantes sobre o seu legado; e (3) O legado da luta, relativo à preservação e divulgação da memória histórica como forma de prolongamento do ativismo. Dentro destes temas foram também identificados subtemas considerados relevantes de realçar.

Tema 1: Desilusão democrática

A preocupação com o ressurgimento dos movimentos de extrema-direita foi identificada como um padrão central nas narrativas das participantes, revelando um sentimento de ameaça e de regressão histórica. As participantes manifestaram preocupação face à possibilidade de repetição de formas de repressão vividas durante a ditadura salazarista. Como afirmou uma participante, sentia “muito receio que esses movimentos neofascistas comecem a ter cada vez mais força e que se transformem num autoritarismo e repressão igual ao que tínhamos antigamente” (LX004PC). A percepção da fragilidade democrática foi associada à frustração e desilusão face ao estado atual da democracia. As participantes atribuíram responsabilidade pelo crescimento da extrema-direita à incapacidade dos partidos democráticos em protegerem os princípios que os sustentam. Como referiu a participante LX002PU, a democracia “meteu no seu interior os agentes da destruição da democracia”, observação que traduziu a ideia de que os próprios mecanismos democráticos incorporavam práticas autoritárias e discursos populistas que outrora criticavam. Para as ativistas políticas, a democracia tornara-se vulnerável ao integrar, nos próprios mecanismos políticos democráticos, forças que representavam os valores que as ameaçavam. Tal visão foi enfatizada por LX006PU ao reconhecer que “em Portugal, temos mais do que um partido fascista [...] e eu acho que a democracia teve culpa”, evidenciando uma decepção perante a passividade das forças democráticas.

A fragilidade da democracia foi frequentemente relacionada ao aumento da adesão popular a partidos de extrema-direita. As entrevistadas expressaram perplexidade perante o crescimento da popularidade da extrema-direita, sobretudo do Partido Chega, que identificaram como um perigo para os valores democráticos. A LX010PC questionou-se: “sou eu que estou a ver mal ou [o

presidente do Chega] é mesmo desonesto? Como é que as outras pessoas não veem?”. A interrogação traduziu uma sensação de isolamento ideológico e de descrença face ao que consideravam uma “cegueira coletiva”, na qual a população foi incapaz de reconhecer a natureza manipulativa dos discursos de extrema-direita. A distância entre os valores democráticos conquistados e as opções políticas atuais, levou-as a questionar o sentido de propósito do legado do seu ativismo e a reconhecer a vulnerabilidade democrática atual.

Para além do contexto sociopolítico em Portugal, o panorama europeu foi também interpretado como um sinal de fragilidade democrática global. A participante LX007PC expressou o mesmo medo ao mencionar que tem de haver “uma atitude em relação a estes partidos [de extrema-direita na Europa]! Eu tenho medo que eles cresçam a ponto de se irem desenvolver e ser outra vez uma autocracia”. No plano internacional, a participante LX003PC observou que “de repente, parece que se está toda a esfrangalhar”, associando a instabilidade política internacional à degradação das instituições democráticas. As entrevistadas demonstraram consciência de que os direitos e liberdades conquistados exigiam uma defesa contínua, tal como afirmou PT010PC: “a conclusão a que chegou muita gente é que nada está garantido”.

O tema 1 apresentou uma estrutura interna que refletiu diferentes formas de vivenciar a desilusão democrática. Foram identificados três subtemas: (1) Regresso da ameaça; (2) Perda do coletivo; e (3) Perda do pensamento crítico.

Subtema 1.1. Regresso da ameaça.

A leitura histórica das participantes inscreveu o crescimento atual da extrema-direita numa continuidade cíclica, reconhecendo-o não como um fenómeno novo, mas como o ressurgimento de padrões autoritários passados. A participante PT010PC observou que “isto [avanço da extrema-direita] não é nada de novo, agora começa a ter formas diferentes”. Tal enquadramento histórico funcionou como mecanismo de resiliência, permitindo interpretar as ameaças atuais à luz das experiências de resistência do passado. A evocação do passado também reforçou a esperança na persistência das forças democráticas: “a única coisa a que nos podemos apoiar é ter esperança, porque a história é mais comprida do que nós” (LX008PC). As narrativas alertaram, contudo, para a banalização dos discursos autoritários. A participante LX004PC sublinhou a ideia de que “o fascismo nunca mais voltará, pois, estes movimentos de extrema-direita não são tão radicais”, contrapondo, contudo, uma leitura crítica: “se implementarem uma política em vários países e se

houver muita contestação social a essa política, depois a violência e as prisões vêm de seguida” (LX004PC). A normalização do extremismo e o negacionismo histórico foram, assim, interpretados como potenciais indicadores de retorno de práticas repressivas.

Ao longo das entrevistas, as participantes manifestaram sentimentos de angústia e de falhanço coletiva, uma vez que o contexto sociopolítico atual foi percebido como uma ameaça ao valor da luta e aos sacrifícios a que foram submetidas durante a resistência contra a ditadura. LX009PC expressou esse desânimo: “vejo com uma grande preocupação, porque depois de se lutar tanto para o 25 de Abril [...]. Como é que é possível aparecer estas forças de extrema-direita que querem pôr tudo em causa?”. O sentido de falhanço coletivo foi identificado nas narrativas das participantes que relacionaram a identidade de ativistas políticas à responsabilidade intelectual. A sensação de traição histórica foi agravada pela autocrítica de algumas entrevistadas ligadas ao meio académico, que relacionaram a fragilidade democrática à insuficiência da educação e da literacia política na preservação dos valores democráticos. A LX003PC confessou viver “numa angústia com isso, porque eu penso que é tão grande o nosso falhanço”, exprimindo uma responsabilidade partilhada pelo enfraquecimento da consciência democrática e questionando: “o que é que está a acontecer e nós não demos conta. Nós intelectuais” (LX003PC).

Subtema 1.2. Perda do coletivo.

As participantes destacaram o valor do espírito coletivo durante a resistência ao fascismo, considerado fundamental para a queda da ditadura. A entrevistada LX007PC recordou que “antigamente havia uma coisa que dava um sentimento coletivo [...] [as ativistas políticas] percebiam que coletivamente conseguiam alguma coisa, que não conseguiriam isoladamente”. As memórias evocadas revelaram o valor atribuído à união e à solidariedade como bases da ação política e da resistência. O enfraquecimento do sentimento coletivo foi associado à influência das redes sociais, descritas pelas ativistas como espaços que promovem a polarização e o isolamento. A participante LX003PC observou que “estamos num ambiente de radicalismo que é alimentado por canais de comunicação que escapam à lógica dos media tradicionais, que são as redes sociais, e depois as pessoas vivem em bolhas, porque seguem as suas redes sociais”. As entrevistadas interpretaram as plataformas digitais como contextos que favoreceram o individualismo, limitando o contacto com ideias divergentes e diminuindo a empatia social, ao contribuírem para a perda de consciência sobre o impacto das ações individuais sobre os outros.

A indiferença ao sofrimento alheio foi relacionada com a valorização da competitividade profissional, na qual o sucesso individual foi sobreposto à cooperação. As participantes consideraram que esta lógica propagou-se a outras dimensões da vida, enfraquecendo a solidariedade e a capacidade de mobilização coletiva contra a extrema-direita. Apesar deste contexto, as participantes permaneceram convictas de que o sentido de propósito da luta se apoia no bem comum. A PT010PC expressou uma visão ética de responsabilidade partilhada, ao afirmar que “o que é bom para mim pode não ser bom para si. Eu tenho que ver em que medida é que eu tenho que abdicar de alguma coisa minha para que [o outro] seja um bocadinho mais feliz”.

Subtema 1.3. Perda do pensamento crítico.

A alfabetização do povo foi repetidamente identificada como um dos pilares na luta pela democracia e como condição para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência coletiva. A LX008PC expressou a sua descrença na capacidade de reflexão atual ao afirmar que “temos que aceitar que há uma parte da humanidade que não tem pensamento crítico”, acrescentando que “a rapidez de informação dos meios de comunicação, que são instantâneos, curtos, sem pensamento crítico e que podem transmitir mentiras” comprometeu o pensamento da população. As participantes reconheceram que a velocidade e a superficialidade de informação digital dificultavam a análise e favorecem a difusão de desinformação. A crítica aos meios de comunicação centrou-se no sensacionalismo e na perda da sua função educativa. A participante LX003PC observou que os media “precisam de ter audiências e o que for mais espetacular, mais mediático, mais sensacional é o que eles [comunicação social] põem”, evidenciando a percepção de que a lógica comercial se sobrepôs à informativa. De acordo com as entrevistadas, a dificuldade de acesso a informação confiável pelas novas gerações e o fenómeno dos *influencers* têm vindo a contribuir para uma “estupidificação coletiva” e para a destruição da literacia mediática.

Embora reconhecessem os benefícios tecnológicos, as participantes destacaram a importância da resistência individual na preservação do pensamento crítico. A entrevistada LX006PU afirmou que “[os tempos] mudaram, eu também uso as tecnologias, só que eu desenvolvi e ainda tenho um espírito crítico. Eu não me deixei stupidificar!”, salientando a possibilidade de usar as tecnologias sem comprometer a autonomia de pensamento. Tal resistência levou a uma reavaliação do conceito de liberdade, entendida como vulnerável à manipulação mediática. A participante LX003PC defendeu que “a liberdade de expressão tem limites. [...] Pôr a circular uma

notícia ou afirmação falsa sabendo que é falsa, em nome da liberdade de expressão [...] é uma violência contra a própria liberdade de expressão”, refletindo uma percepção ética sobre os perigos da instrumentalização da liberdade de expressão pelos discursos autoritários.

A manipulação do espaço mediático pelos movimentos de extrema-direita foi relacionada à desvalorização do pensamento crítico e à incerteza quanto à eficácia das formas tradicionais de resistência, levando a participante LX003PC a questionar: “Como é que nós [ativistas políticas] vamos ser capazes de ter uma intervenção que não pode ser com base apenas na racionalidade para conseguir contraditar um discurso que é hipermotivo?”. A dúvida traduziu a percepção das mulheres de que o discurso emocional e populista adotado pela extrema-direita desafiava os modelos racionais de ação política que sustentaram as suas lutas no passado.

Tema 2: “Que mundo vou deixar?”

A maternidade foi descrita pelas participantes como elemento central do legado do seu ativismo político, conferindo sentido de propósito à ação política. A entrevistada LX001PC questionou-se sobre a transmissão dos valores democráticos conquistados às novas gerações da sua família “que mundo é que vou legar para as minhas filhas e para os meus netos?”. O foco nas narrativas deslocou-se do plano individual para o intergeracional, demonstrando o desejo de ver refletidos nos filhos os valores que tinham guiado o seu ativismo político. Como exemplificou a participante LX005PC “os meus objetivos de vida é que os meus filhos possam ter uma vida decente, uma vida em que lutem por bons princípios, que sejam um exemplo de bons princípios e os possam cumprir sem serem castigados por isso”. O sentido da militância destas mulheres foi ressignificado como compromisso intergeracional, no qual a transmissão de valores assegurava a continuidade da ação. Tal percepção foi reforçada pela mesma participante, ao afirmar: “acho que felizmente os [objetivos de vida dos meus filhos] também são os mesmos [que os meus]. Eles também querem um mundo melhor e mais justo, interessam-se e lutam por isso”, revelando a sensação de que o legado da luta permanecia vivo através das novas gerações.

Várias participantes reportaram que crescer num contexto familiar marcado por ideais revolucionários moldara desde cedo as crenças destas mulheres. Os valores transmitidos pelos progenitores, tais como solidariedade, honestidade e respeito, foram descritos como a base da militância e ética das participantes. A continuidade dos valores da luta foi percebida pelas entrevistadas como uma forma de resistência e de preservação da memória coletiva. A participante

LX004PU afirmou que “os valores mudam dificilmente, sobretudo se acreditarmos verdadeiramente neles”, acrescentando que procurou “transmitir esses mesmos valores aos meus filhos”, identificando-os como parte de “uma família que sempre lutou”. As narrativas das participantes evidenciaram que a transmissão intergeracional dos princípios da luta preservou o sentido do ativismo.

Enquanto mães e avós, o sentido de responsabilidade pelo futuro dos filhos e netos foi também articulada com as razões que tinham motivado a militância destas ativistas. As entrevistadas enfatizaram que o ativismo não resultara de uma escolha intencional, mas de um dever ético face às injustiças sociais da juventude em ditadura. Enquanto a participante LX004PU referiu que o ativismo “não é uma profissão, é uma convicção que a vida e a vivência de todos os dias nos levam a ter ideais que nos conduzem a ter esse papel”, a entrevistada LX003PC definiu-o como “um sentido de dever. Isto custa, mas não posso deixar de fazer”. A convicção moral e o compromisso com os valores democráticos foram descritos pelas participantes como motores da sua luta e como dimensões estruturantes da sua identidade política e pessoal.

A perceção da ameaça ao legado construído ao longo da vida provocou sentimentos de vulnerabilidade e preocupação entre as participantes. A entrevistada LX004PC expressou o desejo de que os seus filhos e netos “consigam viver numa sociedade em que não prevaleça o individualismo, em que eles tenham condições para poderem viver em liberdade, para se afirmarem e [...] escolherem livremente o que querem fazer”.

A análise das narrativas revelou reflexões das entrevistadas sobre o percurso de ativismo ao longo da vida face aos avanços da extrema-direita. Foram identificados dois subtemas: (1) Luta inacabada; e (2) Envelhecimento das ativistas políticas.

Subtema 2.1. Luta inacabada.

As participantes reconheceram que os objetivos da sua militância permaneceram incompletos, expressando um sentido de missão inacabada perante o avanço da extrema-direita. A desilusão com o incumprimento dos ideais revolucionários, tais como o fim do fascismo, a igualdade de género e a liberdade, foi acompanhada por um sentimento de culpa coletiva. A LX005PC sintetizou esta perceção ao afirmar que “não fomos capazes de cumprir as promessas que tínhamos feito [...] Não foi isto que nós [ativistas políticas] combinamos, nós combinamos um país muito mais justo”. A expressão “nós” referiu-se à geração de ativistas que participou na

construção do projeto democrático coletivo, simbolizando o compromisso assumido após o 25 de Abril, percebido como não cumprido. A evocação das experiências pessoais revelou o desconforto e frustração das entrevistadas ao perceberem a reemergência de sinais de repressão política, levando-as a questionar o sentido da luta.

O sentimento de falhanço demonstrado pelas entrevistadas foi projetado nas gerações seguintes, originando uma consciência da responsabilidade intergeracional. A LX006PU reconheceu que “nós [ativistas políticas] não deixámos para os jovens um mundo bonito [...] deixámos-lhes as ideias velhas, que estão contra eles”, enquanto a LX005PC expressou: “eu peço desculpa à nova geração, gostava de lhes ter deixado um mundo tão bonito e não consegui”. As narrativas refletiram a percepção de um legado inacabado, assente na compreensão da fragilidade das conquistas democráticas. Embora desiludidas com o presente, as participantes mantiveram o compromisso com a continuidade da luta iniciada na juventude. A LX005PC insistiu que “nós [ativistas políticas] temos de fazer o que nós combinámos!”, evocando os ideais de “igualdade, liberdade, fraternidade” como fundamentos da construção de “um mundo mais justo” (LX005PC).

A constatação de que a luta permanecera inacabada levou a que questionassem sobre a eficácia do seu ativismo no presente. A incerteza relativamente ao impacto da militância destas ativistas traduziu-se num reforço do seu sentido de propósito. A entrevistada LX008PC interrogou-se: “o que é que nós [ativistas políticas] podemos fazer para haver um recuo para combater estes movimentos? [...] Tenho dúvidas que o meu ativismo tenha algum valor, que faça esta força”, embora tenha contraposto: “Parar é desistir” (LX008PC). O paradoxo entre os limites reconhecidos e a necessidade de persistir exprimiu a centralidade do ativismo político nas visões do mundo das participantes “A luta tem de continuar” (LX001PC).

Subtema 2.2. Envelhecimento das ativistas políticas.

As participantes, com idades entre os 68 e 89 anos, encontravam-se na sua maioria reformadas e refletiram sobre o envelhecimento após um percurso de vida marcado pelo ativismo político e pela luta na resistência. Esta fase de vida adulta tardia foi descrita como um processo ativo, que exigiu a redefinição das suas formas de intervenção, mas preservou o sentido de continuidade da luta. O avançar da idade foi percebido como inevitável, mas não como uma etapa de passividade, tal como afirmou PT010PC, ao referir que “há coisas que já não consigo fazer tanto, mas faço tudo quando posso [divulgação da memória]. Faço, porque a vida continua,

desenvolve-se e tenho pena que não duremos para sempre”, revelando a importância de manter a ação e a memória histórica como expressão de resistência e vitalidade. O envelhecimento foi associado à necessidade de adaptação entre as limitações físicas e o desejo de participação. A LX009PC sintetizou esta ideia, ao afirmar que “o que me faz levantar da cama é ainda poder lutar”, ilustrando a persistência do ativismo como propósito de vida e dimensão identitária.

O processo de envelhecimento foi associado pelas entrevistadas a sentimentos de ambivalência face à reforma. A participante LX004PC reconheceu que “tem os seus benefícios, porque podemos fazer muita coisa que gostamos, mas tem também os seus inconvenientes de não termos aquela obrigatoriedade e termos de vencer uma certa inércia”. As participantes destacaram a tensão entre o descanso e a necessidade de manter um papel ativo, mencionando o desafio de transição de uma vida pública intensa para uma rotina diária mais privada. A participante mais jovem do estudo, com 68 anos, expressou um receio de perder reconhecimento profissional após a aposentação: “quando as pessoas se reformam mudam de estatuto e são postas de lado, e o meu ativismo reage mal a isso”. Reconhecendo, contudo, a ambiguidade entre o desejo de continuar a trabalhar e a vontade de pausa, afirmou: “por um lado, é um certo ativismo que eu quero continuar, por outro lado, eu também penso [...] que tive uma vida tão intensa, com tantas demandas que me apetecia estar sem fazer nada” (LX003PC).

Apesar da consciência da finitude da vida, as entrevistadas expressaram o desejo de manter o ativismo político até ao fim da vida. O reconhecimento dos pares no plano profissional foi descrito como essencial para contrariar a invisibilidade associada ao envelhecimento e reafirmar o valor do contributo político e académico. A participante LX007PC salientou a importância de “não deixar de viver e a idade não ser um travão”, ao valorizar “sentir que me chamam para colaborar e que a minha contribuição ainda tem valor” (LX007PC). O compromisso com a luta política foi também associado pelas entrevistadas ao orgulho e à perceção de realização pessoal, refletido nas palavras de LX001PC: “a minha vida, apesar de tudo, valeu a pena”.

Tema 3: O legado da luta

As participantes atribuíram à preservação e divulgação da memória histórica um propósito central no prolongamento do seu ativismo político. A transmissão da experiência de resistência às novas gerações foi descrita como um dever ético e como uma forma de assegurar a continuidade da luta contra o crescimento dos movimentos de extrema-direita. A entrevistada LX005PC

sintetizou esta ideia ao afirmar: “preservar a memória histórica para mim [ativista política] é uma questão essencial”. A partilha do testemunho foi apresentada pelas ativistas como um objetivo de vida e como uma estratégia de resistência simbólica. Algumas participantes reconheceram que falar, após o 25 de Abril, sobre as experiências de prisão e de tortura foi inicialmente muito desafiante, devido à vergonha e ao sofrimento associados, mas tornou-se essencial para garantir a credibilidade e a verdade histórica. A participante de idade mais avançada do estudo, com 89 anos, continua a conduzir visitas guiadas à antiga sede da PIDE no Porto, onde estivera presa. A ativista PT010PC explicou que “a preservação da memória é passar testemunho da verdade, daquilo que eu vivi e com o conhecimento que outros tiveram [...]. Não estou a contar uma história, é real”, acrescentando que “era extremamente importante passar o testemunho e deixar de ter vergonha de o fazer” (PT010PC).

A valorização do testemunho foi compreendida pelas entrevistadas como forma de dignificação pessoal e de resistência política. A participante LX006PU, reconhecida pelos historiadores como uma das mulheres mais torturadas pela PIDE, afirmou que “contar a [minha] história [...] para mim faz sentido pela minha dignidade, porque as coisas nunca mais foram iguais [depois da tortura]”. A mesma participante reforçou ainda a importância da continuidade da luta através da memória coletiva, mencionando que “os velhos morrem e os novos têm memória. [Eles] têm de saber que isto [repressão política na ditadura] aconteceu e que houve pessoas que morreram”, concluindo que, “se não houver esta memória coletiva os jovens perdem o sentido da sua vida” (LX006PU).

As entrevistadas expressaram preocupação com o esquecimento histórico, ao alertarem que “vai nascer uma geração que não passou pela repressão política e que não está a ser educada para perceber, em termos históricos, a importância que é defender estes valores [democráticos]” (PT010PC). A transmissão da consciência política foi descrita como forma de resistência e esperança, centrada na defesa da democracia, da liberdade e da igualdade. A LX005PC afirmou acreditar que “a juventude continua a lutar, porque faz parte dela que seja o futuro do mundo”. Os jovens foram representados como herdeiros da luta e como garantia da continuidade do ativismo político. A participante LX004PC referiu ter “esperança de que os jovens vão saber fazer o mesmo que nós [ativistas políticas] fizemos há 70 anos e vão conseguir mudar [estes avanços]”, sendo esta esperança sustentada nas narrativas das entrevistadas pela crença no potencial transformador da resistência humana e da ação política. A PT010PC reforçou que “fazer uma revolução é fazer uma

transformação” ligando o passado ao futuro na ideia de que a luta é um processo contínuo, reforçando a confiança na capacidade da resistência social “há sempre alguém que resiste” (PT010PC).

Embora o contexto sociopolítico atual fosse bastante desafiante, as participantes mantiveram uma atitude de esperança, tal como a entrevistada LX006PU, que afirmou acreditar que “o fascismo vai cair, porque só se consegue enganar as pessoas até certa altura. As pessoas por mais ‘estupidificadas’ que estejam neste momento, vão abrir os olhos”. Esta convicção na capacidade da sociedade de resistir e de se transformar foi descrita como expressão do legado da luta das entrevistadas.

Apesar da esperança nas novas gerações, as participantes perceberam um crescente afastamento dos jovens dos valores democráticos. Tal reconhecimento foi identificado no subtema Traição dos jovens.

Subtema 3.1. Traição dos jovens.

As participantes expressaram desilusão e perplexidade perante a adesão dos jovens aos ideais da extrema-direita, vivida como negação dos valores conquistados pela resistência à ditadura. A entrevistada LX002PU recordou ter ouvido um grupo de jovens dizer “isto era preciso um novo Salazar” e referiram-se a Mário Soares como “esse malandro que entregou as nossas colónias”, episódio que lhe causou indignação por simbolizar o regresso de um discurso autoritário. A participante LX001PC questionou “como é que eles [movimentos de extrema-direita] conseguem conquistar tantos jovens?”, reconhecendo a frustração com a presença de radicalismo entre jovens universitários, tradicionalmente associados ao pensamento crítico, que se mostraram atualmente permeáveis aos discursos extremistas.

A constatação da aproximação dos jovens à extrema-direita levou as participantes a questionarem o impacto da sua própria ação política, como exemplificou a ativista LX003PC, ao interrogar-se: “o que é que está aqui [a acontecer]? O que é que eu posso fazer?”. As entrevistadas confrontaram-se com a crescente perceção da perda de influência na formação das novas gerações, contudo, apesar da deceção, algumas participantes afirmaram que a adesão juvenil ao extremismo “espoletava o sentido de avançar, a vontade de avançar” (LX006PU), convertendo a desilusão em motivação para intervir. As narrativas das entrevistadas revelaram ainda uma tensão entre a

memória da resistência portuguesa e a indiferença das gerações que nasceram em liberdade, expressando angústia face à ameaça dos valores democráticos conquistados.

Discussão

O presente estudo qualitativo investigou o impacto do crescimento de movimentos de extrema-direita nas visões do mundo de mulheres torturadas pela PIDE durante o Estado Novo (1933-1974). Foram entrevistadas 10 mulheres atualmente em idade adulta tardia, entre os 68 e 89 anos, todas ex-presas políticas torturadas pela PIDE, 51 anos após o fim da ditadura em Portugal. Os resultados sugerem que o crescimento da extrema-direita, não só em Portugal como a nível europeu e global, é percecionado por estas mulheres como uma ameaça simbólica aos valores democráticos que conferiram sentido à sua luta no passado e que sustentam a sua identidade pessoal e política no presente. Enquanto *stressor* sociopolítico na atualidade, esta ameaça da extrema-direita desencadeia um processo de ajustamento psicológico que obriga a uma reavaliação das crenças centrais, objetivos de vida e sentido de propósito, numa fase de vida em que estas mulheres esperavam estabilidade e continuidade do legado construído. Deste modo, o contexto político atual funciona como um estímulo à procura de sentido, ao desafiar a integração entre a experiência histórica de resistência e a interpretação que fazem do cenário político contemporâneo.

Nos seus relatos, as participantes refletiram sobre a forma como o avanço atual dos movimentos de extrema-direita desestabiliza o equilíbrio construído ao longo das décadas, despertando preocupações que articulam memórias de repressão com a perceção de vulnerabilidade da democracia presente. As narrativas revelam que esta ameaça política reativa elementos identitários centrais, levando as participantes a reinterpretar o sentido histórico da sua luta e a reposicionar-se face às transformações sociopolíticas atuais. A preocupação com o futuro das novas gerações e com a continuidade dos valores democráticos que caracterizam a sua resistência na juventude atua, simultaneamente, como motor de reafirmação do compromisso político e como fonte de angústia. Assim, o contexto sociopolítico atual é percecionado como um desafio que percorre o seu sistema de sentido global, exigindo esforços de reorganização e de ajustamento psicológico para integrar o passado, o presente e o futuro numa narrativa coerente com a identidade política desenvolvida.

Neste estudo, o atual contexto sociopolítico foi percebido como uma ruptura com o ideal democrático pelo qual as participantes lutaram. A percepção de uma regressão democrática ativa memórias de repressão e reabre preocupações relacionadas com a perda de conquistas políticas fundamentais, intensificando um clima de insegurança que afeta a confiança no futuro. Este impacto torna-se mais significativo na idade adulta tardia, fase marcada por necessidades de continuidade, integração biográfica e estabilidade identitária, ampliando a discrepância entre o legado construído e o contexto político percebido. A preocupação com as novas gerações intensifica esta discrepância, pois o receio do eventual desaparecimento da memória da resistência ameaça o sentido de continuidade histórica que sempre orientou a sua identidade política. Nesta perspectiva, a responsabilidade moral, o medo e o sentimento de perda correspondem a um processo singular de procura de sentido, em linha com o modelo teórico de atribuição de sentido de Park (2010), no qual procuram integrar um passado marcado pela repressão, um presente percebido como ameaçado e a incerteza do futuro que deixam às gerações mais jovens.

No esforço para diminuir a discrepância criada pelo cenário político atual, estas mulheres recorrem a processos de procura de sentido ancorados na sua história de resistência partilhada e na fase de vida em que se encontram. A reafirmação dos valores democráticos conquistados após o 25 de Abril surge como uma estratégia de restauração da coerência identitária (Park, 2010), operando como resposta à incerteza política. Simultaneamente, as limitações cognitivas e físicas associadas à idade adulta tardia tornam evidente que já não detêm os mesmos recursos para intervir politicamente como faziam durante a resistência à ditadura, o que obriga a redefinir a forma como expressam o seu compromisso cívico. A preocupação com o legado que deixam, nomeadamente a garantia de que os valores conquistados e a memória da resistência não são perdidos, surge como um eixo central na reconstrução do sentido de propósito. Este processo traduz um esforço de ajustamento psicológico das crenças, objetivos de vida e do sentido de propósito às exigências do envelhecimento e às mudanças políticas contemporâneas.

A centralidade que a preservação do legado assume na reconstrução de sentido destas mulheres está diretamente relacionada com as experiências de repressão que marcaram as suas vidas e que continuam a moldar a forma como interpretam o presente político. Tal como descrito por Herman (2022), as memórias de violência política tendem a ser reativadas quando o contexto atual apresenta sinais que remetem para condições históricas de ameaça, como a contestação da igualdade de género. Neste estudo, essa reativação é evidente quando as participantes descrevem

discursos autoritários atuais como ecos do passado repressivo, refletindo a continuidade dos impactos do trauma ao longo da vida. Estas associações demonstram que o trauma permanece inscrito no sistema de sentido global, funcionando como uma matriz interpretativa duradoura que orienta a avaliação da injustiça e do risco (Hirschberger, 2018). A percepção de que os direitos conquistados, como a segurança cívica e o pluralismo político, podem ser postos em causa corresponde ao tipo de ameaça às crenças fundamentais do mundo descrito por Janoff-Bulman (1992), exigindo esforços de reorganização cognitiva significativos. O sofrimento atual não decorre somente do conteúdo das propostas políticas da extrema-direita, mas do seu sentido simbólico, que ameaça valores centrais da identidade e da narrativa de vida destas mulheres. Esta ligação entre memórias traumáticas, o contexto político e a identidade política reforça a intensidade da procura de sentido, sustentando a necessidade de restauração da coerência descrita no Modelo de Park (2010).

A ameaça política atual adquire uma intensidade particular ao incidir diretamente sobre as dimensões identitárias que estas mulheres construíram ao longo da sua vida. Para as participantes, a sua identidade política representa um valor fundamental da sua história pessoal, marcada pela experiência de clandestinidade, resistência e prisão. Quando estas mulheres observam discursos que banalizam ou relativizam a violência do regime salazarista, vivenciam uma ameaça existencial à continuidade da identidade construída, o que explica a intensidade emocional das suas reações. A procura de sentido torna-se, simultaneamente, uma defesa da continuidade identitária, ao tentarem integrar o percurso de resistência com as exigências e limitações da idade adulta tardia, preservando uma imagem coerente de si próprias (Park, 2010).

Neste processo, a sensação de uma luta inacabada desempenha um papel fundamental na forma como estas mulheres reorganizam o seu sentido de propósito. A experiência de que “a luta ainda não terminou” funciona como força motivadora, mas que simultaneamente confronta as participantes com os limites impostos pelo envelhecimento, desenvolvendo tensões identitárias entre memória, ação e capacidade de intervenção. Esta tensão é consistente com a literatura sobre crenças fundamentais (Janoff-Bulman, 1992) e sobre discrepâncias entre sentido global e situacional (Park, 2010), que descreve precisamente este tipo de conflito interpretativo em contextos de ameaça simbólica.

Os resultados deste estudo evidenciam que a ameaça dos fenômenos de extrema-direita reativa o trauma destas mulheres e desafia as estruturas de sentido global construídas ao longo das décadas, exigindo um processo contínuo de reorganização para restaurar a coerência entre memória, identidade e presente. Tal como proposto por Park (2010), esta discrepância entre o ideal democrático e o cenário político atual desencadeia esforços de reconstrução de sentido que integram as experiências passadas de violência e repressão política (Herman, 2022; Hirschberger, 2018) e a vulnerabilidade das crenças fundamentais de segurança e justiça (Janoff-Bulman, 1992). A presente investigação evidencia, assim, que a preservação da coerência identitária e do legado democrático constitui um processo central de ajustamento psicológico, revelando que o sentido de propósito destas ativistas continua profundamente marcado pela articulação entre o passado traumático, as ameaças simbólicas atuais e a responsabilidade moral face ao futuro.

Implicações clínicas e sociais

Em termos clínicos, os resultados sugerem implicações relevantes para intervenções baseadas na integração narrativa e na flexibilidade cognitiva, capazes de promover uma interpretação mais adaptativa dos acontecimentos atuais e a sua integração coerente nos sistemas de sentido global. Estas abordagens podem favorecer a reinterpretação de eventos contemporâneos, contribuindo para a consistência entre o sistema de crenças e a continuidade identitária. No plano social, as conclusões indicam que o impacto psicológico associado ao crescimento de discursos e políticas autoritárias exige reconhecimento institucional e comunitário, com o objetivo de prevenir o seu ressurgimento, reforçar o compromisso social com os direitos humanos e a democracia, e preservar a memória histórica e a dignidade das sobreviventes de regimes repressivos.

Limitações

Apesar da relevância dos resultados obtidos, importa reconhecer algumas limitações características do desenho qualitativo do estudo, contudo, estas limitações não invalidam os contributos do estudo, mas contextualizam a sua interpretação. Foi pedido às participantes, muitas com mais de 80 anos, que recordassem eventos passados, alguns dos quais ocorridos há mais de cinco décadas estando essas narrativas inevitavelmente influenciadas por interpretações desenvolvidas ao longo dos anos, acontecimentos posteriores e pela própria capacidade mnésica. Apesar de a amostra ser constituída por um número significativo de participantes tendo em conta as especificidades da população em estudo (e.g., idade avançada ou ter como critério de inclusão

ser sobrevivente de tortura), o tamanho total da amostra é reduzido e, deste modo, não foi possível atingir saturação de resultados. É possível que, com uma amostra maior, fosse identificada maior diversidade de respostas. Finalmente, a recolha e análise dos resultados foi efetuada pela autora da dissertação, jovem mulher e estudante de psicologia, e, apesar dos exercícios reflexivos conduzidos durante o processo analítico, com vista a minimizar vieses, a subjetividade inerente à análise qualitativa dos dados encontra-se também informada pelas suas próprias crenças e visões de mundo. Apesar destas limitações, o estudo é fiel à experiência da amostra e pretende contribuir para a literatura da psicologia política e do ajustamento psicológico ao trauma.

Estudos futuros

Tendo em conta as limitações referidas, identificam-se algumas linhas de investigação que poderão ser aprofundadas futuramente. Um primeiro estudo poderá incidir sobre o impacto psicológico do crescimento atual de movimentos de extrema-direita nas gerações descendentes de ex-presos políticos, nomeadamente filhos e netos das participantes entrevistadas. Esta abordagem permitiria explorar os processos de transmissão intergeracional de trauma e de memória, bem como compreender de que modo o legado da resistência e da repressão política é incorporado nos sistemas de sentido global dessas gerações seguintes. A investigação destes processos contribuiria para aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de reconstrução de sentido e sobre os fatores de proteção psicológica em contextos políticos autoritários. De igual modo, seria relevante aprofundar de que forma as novas gerações de ativistas são influenciadas pela memória coletiva e pelos valores transmitidos por estas mulheres, esclarecendo o papel da herança simbólica na construção das visões do mundo, da coesão social e da identidade política. O desenvolvimento de estudos longitudinais e comparativos permitiria ainda examinar como a memória coletiva da resistência pode atuar como fator de resiliência e de coesão identitária perante o ressurgimento de discursos autoritários no contexto sociopolítico atual. Estas metodologias possibilitariam uma análise mais robusta das transformações ao longo do tempo, tal como a identificação de padrões intergeracionais de adaptação psicológica.

Conclusão

A presente investigação evidencia que o impacto psicológico de contextos sociopolíticos adversos não deve ser dissociado das experiências traumáticas dos indivíduos, sobretudo quando estas vivências são caracterizadas pela repressão e violência política. Os resultados deste estudo demonstram que o ajustamento psicológico ao trauma é um processo contínuo, que permanece em constante atualização, particularmente quando acontecimentos atuais desafiam novamente as visões do mundo previamente afetadas pelas experiências traumáticas passadas. Estes dados contribuem para a literatura científica ao demonstrarem que, em sobreviventes de prisão e de tortura política, as estruturas de sentido global mantêm uma elevada sensibilidade às mudanças sociopolíticas contemporâneas, reforçando a pertinência do modelo teórico de atribuição de sentido de Park (2010) na compreensão do ajustamento psicológico como processo contextual, dinâmico e relacional. Ao evidenciar o modo como os acontecimentos políticos atuais reativam processos psicológicos associados a experiências traumáticas, o estudo oferece um contributo para a literatura científica da psicologia política, elucidando a interdependência entre saúde mental, identidade política e memória histórica. Evidencia ainda que a identidade construída após o trauma é articulada com valores coletivos, pertença histórica e justiça social, dimensões habitualmente negligenciadas em abordagens mais tradicionais. Do ponto de vista clínico, estes resultados reforçam a importância de reconhecer o papel do contexto sociopolítico atual como potencial desencadeador de reorganização cognitiva e emocional, enfatizando a necessidade de integrar fatores socioculturais, históricos e políticos na avaliação e intervenção psicológica, em particular na fase de vida adulta tardia.

Referências

- Afonso, A. (2021). Correlates of aggregate support for the radical right in Portugal. *Research and Politics*, 8(3), 1–9. <https://doi.org/10.1177/20531680211029416>
- Albrecht, D. (2022). Donald Trump and changing rural/urban voting patterns. *Journal of Rural Studies*, 91, 148–156. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.03.009>
- American Psychiatric Association. (2023). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: Text revision* (5th ed.). American Psychiatric Association.
- Baiôa, M. (2014). A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistemas políticos. *ARBOR*, 190(766), 1–14. <https://doi.org/10.3989/arbor.2014.766n2006>
- Baçoğlu, M., Livanou, M., & Crnobarić, C. (2007). Torture vs other cruel, inhuman, and degrading treatment: Is the distinction real or apparent?. *Archives of General Psychiatry*, 64(3), 277–285. <https://doi.org/10.1001/archpsyc.64.3.277>
- Bastos, J. (2013). *Os últimos presos do Estado Novo: Tortura e desespero em vésperas do 25 de Abril* (1st ed.). Oficina do Livro.
- Bichescu, D. M., Schauer, M., Saleptsi, E., Neculau, A., Elbert, T., & Neuner, F. (2005). Long-term consequences of traumatic experiences: An assessment of former political detainees in Romania. *Clinical Practice and Epidemiology in Mental Health*, 1, 17. <https://doi.org/10.1186/1745-0179-1-17>
- Blečić, W., Bellaert, N., Lecomte, N., Kandana Arachchige, K., Melot, H., & Rossignol, M. (2022). Cognitive flexibility and attentional patterns among trauma survivors: preliminary evidence from an eye-tracking study. *European Journal of Psychotraumatology*, 13(1), 1–5. <https://doi.org/10.1080/20008198.2022.2055296>
- Boals, A. (2018). Trauma in the eye of the beholder: Objective and subjective definitions of trauma. *Journal of Psychotherapy Integration*, 28(1), 77–89. <https://doi.org/10.1037/int0000050>
- Bonanno, G. (2004). Loss, trauma, and human resilience: have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events?. *The American Psychologist*, 59(1), 20–28. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.59.1.20>

- Bonanno, G. (2021). *The end of trauma: How the new science of resilience is changing how we think about PTSD* (1st ed.). Basic Books.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brown, K., Mondon, A., & Winter, A. (2023). The far right, the mainstream and mainstreaming: towards a heuristic framework. *Journal of Political Ideologies*, 28(2), 162–179. <https://doi.org/10.1080/13569317.2021.1949829>
- Campos, R. (2023). The International Turn in Far-Right Studies: A Critical Assessment. *Millennium: Journal of International Studies*, 51(3), 892–919. <https://doi.org/10.1177/03058298231198992>
- Cubillos-Vega, C. (2023). Reparation policy in gendered political violence: Gendered torture during the dictatorship and the recent “social explosion” in Chile. *Journal of Human Rights and Social Work*, 8, 205-215. <https://doi.org/10.1007/s41134-023-00248-1>
- Davis, C., Wortman, C., Lehman, D., & Silver, R. (2000). Searching for meaning in loss: Are clinical assumptions correct?. *Death Studies*, 24(6), 497–540. <https://doi.org/10.1080/07481180050121471>
- Diário de Notícias*. (2025, 24 de fevereiro). Resultados finais: Conservadores vencem legislativas alemãs com 28,6%. <https://www.dn.pt/internacional/resultados-finais-conservadores-vencem-legislativas-alem%C3%A3s-com-286>
- Erikson, E., & Erikson, J. (1998). *The life cycle completed: Extended version*. (2nd ed.). W. W. Norton & Company.
- Fitzke, R., Marsh, D., & Prince, M. (2021). A longitudinal investigation of the meaning-making model in midlife adults who have experienced trauma. *Journal of Clinical Psychology*, 77(12), 2878–2893. <https://doi.org/10.1002/jclp.23272>
- Flannery, R. (2015). Treating Psychological Trauma in First Responders: A Multi-Modal Paradigm. *Psychiatric Quarterly*, 86(2), 261–267. <https://doi.org/10.1007/s11126-014-9329-z>

- Friedman, M., Resick, P., Bryant, R., & Brewin, C. (2011). Considering PTSD for DSM-5. *Depression and Anxiety, 28*(9), 750–769. <https://doi.org/10.1002/da.20767>
- Ghaddar, A., Elsouri, G., & Abboud, Z. (2016). Torture and Long-Term Health Effects Among Lebanese Female Political Prisoners. *Journal of Interpersonal Violence, 31*(3), 500–514. <https://doi.org/10.1177/0886260514555865>
- Gorjão, V. (2025). *Mulheres em tempos sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo* (2nd ed.). Imprensa de Ciências Sociais.
- Halvorsen, J., & Kagee, A. (2010). Predictors of psychological sequelae of torture among South African former political prisoners. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(6), 989–1005. <https://doi.org/10.1177/0886260509340547>
- Herman, J. (2022). *Trauma and recovery: The aftermath of violence-from domestic abuse to political terror* (4th ed.). Basic Books.
- Hirschberger, G. (2018). Collective trauma and the social construction of meaning. *Frontiers in Psychology, 9*, 1–14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01441>
- Hong, A., & Pickering, R. (2023). Psychological torture: Definitions, clinical sequelae and treatment principles. *British Journal of Hospital Medicine, 84*(8), 1–6. <https://doi.org/10.12968/hmed.2023.0104>
- Janoff-Bulman, R. (1992). *Shattered assumptions: Towards a new psychology of trauma* (1st ed.). Free Press.
- Joseph, S., & Linley, P. (2005). Positive adjustment to threatening events: An organismic valuing theory of growth through adversity. *Review of General Psychology, 9*(3), 262–280. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.9.3.262>
- Jupskås, A., & Leidig, E. (2020). *Knowing what's (far) right: A compendium* (1st ed.). UiO: C-REX – Center for Research on Extremism – University of Oslo. <https://www.sv.uio.no/c-rex/english/resources/key-consepts-and-questions/c-rex-compendium-print-version.pdf>

- Kim, B., Kang, H., & Park, J. (2024). Meaning-making while staying connected matters in psychological adaptation during pandemic: A longitudinal moderated mediation study. *Frontiers in Psychology, 15*, 1–9. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1364903>
- Krzyżanowski, M. (2020). Normalization and the discursive construction of “new” norms and “new” normality: Discourse in the paradoxes of populism and neoliberalism. *Social Semiotics, 30*(4), 431–448. <https://doi.org/10.1080/10350330.2020.1766193>
- Larsen, S., & Pacella, M. (2016). Comparing the effect of DSM-congruent traumas vs. DSM-incongruent stressors on PTSD symptoms: A meta-analytic review. *Journal of Anxiety Disorders, 38*, 37–46. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2016.01.001>
- Manucci, L. (2025). Back to the Future? The Electoral Breakthrough of Far-Right Parties. *Government and Opposition, 60*(3), 622–642. <https://doi.org/10.1017/gov.2024.26>
- March, S., Carrasco, J. M., Flores-Balado, Á., Muñoz-Haba, A., Pereira-Iglesias, A., & Zaragoza, G. A. (2025). Potential Global Effects of the Rise of the Far Right on Public Health. *American Journal of Public Health, 115*(6), 873–882. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2025.308016>
- Matos, L. (2022). *Journeys in meaning: psychological adjustment to trauma in resettled Syrian refugees* [Tese de doutoramento em Psicologia, Ispa – Instituto Universitário]. Repositório do ISPA. <http://hdl.handle.net/10400.12/8772>
- Matos, L., Água, J., Sinval, J., Park, C., Indart, M. J., & Leal, I. (2022). Assessing meaning violations in Syrian refugees: A mixed-methods cross-cultural adaptation of the Global Meaning Violations Scale-ArabV. *Journal of Traumatic Stress, 35*(4), 1201–1214. <https://doi.org/10.1002/jts.22819>
- Melo, H., & Pimentel, I. (2015). *Mulheres Portuguesas* (1st ed.). Clube do Autor.
- Mendes, M. S., & Dennison, J. (2021). Explaining the emergence of the radical right in Spain and Portugal: Salience, stigma and supply. *West European Politics, 44*(4), 752–775. <https://doi.org/10.1080/01402382.2020.1777504>
- Meneses, F., & Oliveira, P. (2024). The Portuguese Republic at War: States of Emergency or Business as Usual? *First World War Studies, 14*(2–3), 273–292. <https://doi.org/10.1080/19475020.2024.2369521>

- Milewski, A., Weinstein, E., Lurie, J., Lee, A., Taki, F., Pilato, T., Jedlicka, C., & Kaur, G. (2023). Reported Methods, Distributions, and Frequencies of Torture Globally: A Systematic Review and Meta-Analysis. *JAMA Network Open*, 6(10), 1–24. <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2023.36629>
- Ministério da Administração Interna. (2019). *Eleições Legislativas 2019: Resultados globais*. <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/>
- Ministério da Administração Interna. (2025). *Eleições Legislativas 2025: Resultados globais*. <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2025/resultados/globais>
- Mohiyeddini C. (2025). Freedom and mental health: an overview of the impact of fundamental rights on psychological wellbeing. *Frontiers in Psychology*, 16, 1–5. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2025.1470425>
- Newth, G., Brown, K., & Mondon, A. (2025). Researching and Understanding Far-Right Politics in Times of Mainstreaming. *The Journal of Race, Ethnicity, and Politics*, 10(3), 814–837. <https://doi.org/10.1017/rep.2025.32>
- Ni, M., Kim, Y., McDowell, I., Wong, S., Qiu, H., Wong, I., Galea, S., & Leung, G. (2020). Mental health during and after protests, riots and revolutions: A systematic review. *The Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 54(3), 232–243. <https://doi.org/10.1177/0004867419899165>
- Ortlund, K., Chandler, M., Lin, B., Anastario, M., & Eick, S. M. (2025). Politics negatively impacts women's mental health in Georgia: Depression, anxiety, and perceived stress from 2023 to 2024. *Social Science & Medicine*, 368, 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2025.117800>
- Pargament, K. (2001). *The psychology of religion and coping: Theory, research, practice* (1st ed.). Guilford Press.
- Park C. (2022). Meaning Making Following Trauma. *Frontiers in Psychology*, 13, 1–4. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.844891>
- Park, C. (2010). Making Sense of the Meaning Literature: An Integrative Review of Meaning Making and Its Effects on Adjustment to Stressful Life Events. *Psychological Bulletin*, 136(2), 257–301. <https://doi.org/10.1037/a0018301>

- Park, C., & Folkman, S. (1997). Meaning in the context of stress and coping. *Review of General Psychology, 1*(2), 115–144. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.1.2.115>
- Patrona, M. (2025). From victim to avenger: Trump's performance of strategic victimhood and the waging of global trade war. *Journalism and Media, 6*(3), 1–17. <https://doi.org/10.3390/journalmedia6030134>
- Pimentel, I. (2019). *Os cinco pilares da PIDE* (1st ed.). A Esfera dos Livros.
- Pimentel, I. (2024). *O essencial sobre a PIDE* (1st ed.). INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Reker, G., & Wong, P. (1988). Aging as an individual process: Toward a theory of personal meaning. In J. Birren & V. Bengtson (Coords.), *Emergent theories of aging* (pp. 214 – 246). Springer.
- Rodrigues, A. (2022). *Gente comum: Uma história da PIDE* (2nd ed.). Parsifal.
- Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social, 35*(157), 1031–1054. <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/download/37264/25758/>
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o poder: A arte de saber durar* (1st ed.). Tinta da China.
- Rosas, F. (2024). *Direitas velhas, direitas novas* (1st ed.). Tinta da China.
- Schnell, T., & Krampe, H. (2020). Meaning in Life and Self-Control Buffer Stress in Times of COVID-19: Moderating and Mediating Effects With Regard to Mental Distress. *Frontiers in Psychiatry, 11*, 1–16. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2020.582352>
- SIC Notícias*. (2023, 24 de julho). Eleições em Espanha: Vox diz que resultados são "muito más notícias para muitos espanhóis". <https://sicnoticias.pt/especiais/eleicoes-em-espanha/2023-07-24-Eleicoes-em-Espanha-Vox-diz-que-resultados-sao-muito-mas-noticias-para-muitos-espanhois-36526683>
- Silove, D. (2013). The ADAPT model: A conceptual framework for mental health and psychosocial programming in post conflict settings. *Intervention: International Journal of Mental Health, Psychosocial Work & Counselling in Areas of Armed Conflict, 11*(3), 237–248. <https://doi.org/10.1017/S2045796016000925>

- Sousa C. (2013). Political violence, health, and coping among Palestinian women in the West Bank. *The American Journal of Orthopsychiatry*, 83(4), 505–519. <https://doi.org/10.1111/ajop.12048>
- Spirić, Z., Opacić, G., Jović, V., Samardžić, R., Knezević, G., Mandić-Gajić, G., & Todorović, M. (2010). Gender differences in victims of war torture: Types of torture and psychological consequences. *Vojnosanitetski Pregled*, 67(5), 411–418. <https://doi.org/10.2298/VSP1005411S>
- Steel, Z., Chey, T., Silove, D., Marnane, C., Bryant, R., & van Ommeren, M. (2009). Association of torture and other potentially traumatic events with mental health outcomes among populations exposed to mass conflict and displacement: A systematic review and meta-analysis. *JAMA*, 302(5), 537–549. <https://doi.org/10.1001/jama.2009.1132>
- Tedeschi, R., & Calhoun, L. (2004). Target Article: “Posttraumatic growth: Conceptual foundations and empirical evidence”. *Psychological Inquiry*, 15(1), 1–18. https://doi.org/10.1207/s15327965pli1501_01
- Torgal, L. (2009). *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de história política e cultural* (2nd ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0381-0>
- Tornstam, L. (2005). *Gerotranscendence: A developmental theory of positive aging*. Springer Publishing Company.
- União de Resistentes Antifascistas Portugueses. (2021). *Elas estiveram nas prisões do fascismo* (1st ed.). URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses.
- União de Resistentes Antifascistas Portugueses. (2024). *Lutaram pela liberdade! Uma história da resistência à ditadura fascista no concelho de Mafra (1926-1974)* (2nd ed.). URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses.
- United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. (1984). *Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment*. United Nations. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/cat.pdf>
- VERBI Software. (2024). *MAXQDA 2025* [Computer software]. VERBI.

- Williams, M., Osman, M., & Hyon, C. (2023). Understanding the psychological impact of oppression using the Trauma Symptoms of Discrimination Scale. *Chronic Stress*, 7, 1–12. <https://doi.org/10.1177/24705470221149511>
- Willis, S., Chou, S., & Hunt, N. C. (2015). A systematic review on the effect of political imprisonment on mental health. *Aggression and Violent Behavior*, 25(Part A), 173–183. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.08.001>

Anexos

Anexo A:

Documento do questionário sociodemográfico semiestruturado

Questionário Sociodemográfico

Informação Sociodemográfica

1. **Idade:** _____
2. **Género:**
 Feminino Outro: _____ Prefiro não responder
3. **Estado Civil:**
 Solteira Casada Separada/Divorciada
 Viúva Outro: _____
4. **Nacionalidade:**
 Portuguesa Outra: _____
5. **Local de residência:**
Distrito: _____
Concelho: _____
6. **Agregado familiar:**
 - 6.1. **Número de filhos:** _____ **Idades:** _____
 - 6.2. **Composição do agregado familiar (i.e., com quem vive):**
 Sozinha Cônjuge ou parceiro/a Filhas(os)
 Outro: _____
7. **Herança religiosa (i.e., contexto familiar):**
 Cristã (especificar): _____
 Muçulmana (especificar): _____
 Ateia
 Agnóstica
 Outra: _____

Nº da participante: _____

7.1. Crenças religiosas:

- Cristã (especificar): _____
- Muçulmana (especificar): _____
- Ateia
- Agnóstica
- Outra: _____

7.2. Participa regularmente em práticas religiosas (i.e., é praticante):

- Não
- Sim (Se Sim indique):

Práticas religiosas (e.g., rezar, cerimónias em dias festivos, etc.): _____

Frequência: _____

8. Nível de escolaridade mais elevado concluído:

- Sem escolaridade formal
- Ensino Básico:
 - 1º ciclo (até ao 4º ano)
 - 2º ciclo (até ao 6º ano)
 - 3º ciclo (até ao 9º ano)
- Ensino Secundário (até ao 12º ano)
- Ensino Superior:
 - Licenciatura: _____
 - Mestrado: _____
 - Doutoramento: _____
- Outro (especificar): _____

Experiência pré-prisão (durante ditadura)

9. Foi ativista política durante a ditadura? (se Sim indique a sua idade no começo da atividade)

- Não
- Sim: _____

10. Enquanto ativista política, pertenceu a alguma organização política clandestina? (se Sim indique o nome da organização)

- Não
- Sim: _____

Nº da participante: _____

Experiência durante a prisão

11. **Durante a ditadura foi presa pela PIDE?** (se Sim indique o número de prisões)

Não

Sim: _____

12. **Quanto tempo esteve presa pela PIDE?** (indique a respetiva data de cada prisão)

_____ meses/anos data: _____

_____ meses/anos data: _____

_____ meses/anos data: _____

Não se recorda da duração da sua prisão

13. **Está documentado que, durante a ditadura, os presos políticos estavam sujeitos a violência psicológica e física por parte dos agentes da PIDE. Durante a sua prisão, foi sujeita a algum tipo de tratamento que considera tortura?**

Não

Sim

Experiência pós-prisão

14. **Após a sua libertação, manteve-se politicamente ativa?** (se Sim indique como)

Não

Sim: _____

15. **Existe algum dia e/ou acontecimento, relacionado com o seu tempo de prisão pela PIDE, que até hoje considere o mais marcante?**

Atualidade

16. **Atualmente, tem alguma afiliação política?** (se Sim indique o nome do partido)

Não

Sim: _____

17. **Atualmente, participa em algum tipo de ativismo social, político ou científico?** (se Sim indique o tipo de ativismo)

Não

Sim: _____

Nº da participante: _____

Anexo B:

Documento do guião de entrevista

Guião de Entrevista

Introdução:

Atualmente, tem-se presenciado o surgimento de movimentos de extrema-direita, que põem em causa muitas das liberdades conquistadas nas últimas décadas (e.g.: direitos das mulheres e liberdade de género). Para as ativistas políticas que foram presas durante o Estado Novo, devido à sua luta por estas e outras liberdades, o atual panorama sociopolítico poderá desafiar as suas crenças, objetivos de vida e sentido de propósito, desta forma, o presente estudo pretende compreender de que modo o surgimento de movimentos de extrema-direita afetam a forma de ver o mundo de ativistas políticas presas pela PIDE durante o Estado Novo.

Quando falamos em “forma de ver o mundo” referimo-nos a três conceitos: as crenças (ideias e valores que cada um de nós tem sobre o mundo, sobre como a sociedade deve funcionar e sobre o que é certo e errado), os objetivos de vida (metas ou desejos que desenvolvemos ao longo da vida, aquilo queremos alcançar ou manter) e o sentido de propósito (a sensação de que a nossa vida tem um significado e que aquilo que fazemos tem valor e importância).

Atualidade:

1. Como vê o surgimento de movimentos de extrema-direita nos últimos anos?
2. Como é que esta nova realidade tem afetado as suas crenças? (pensamentos que temos sobre como deve funcionar a sociedade e o mundo, sobre o que é certo e errado)
 - 2.1. Se pensar na sua vida durante a ditadura, quais eram as suas principais crenças? E durante os últimos 50 anos, como é que essas crenças mudaram?
3. E relativamente aos seus objetivos de vida? (aquilo que desejamos alcançar para a nossa vida)
 - 3.1. Se recuar no tempo, quais eram os seus maiores objetivos de vida, durante a ditadura? Como é que esses objetivos de vida mudaram ao longo dos anos?
4. Como é que este fenómeno tem vindo a influenciar o seu sentido de propósito? (aquilo que nos dá esperança e significado)
 - 4.1. Se pensar na sua vida durante a ditadura, o que dava sentido à sua vida nessa altura? E, nos últimos 50 anos, como é que esse sentido de propósito mudou?

Questão final:

5. Queria agradecer a sua partilha e perguntar se existe alguma experiência relativa às suas visões do mundo que não tenha sido abordada durante a entrevista?

SE FOI UMA ATIVISTA POLÍTICA E PRESA PELA PIDE DURANTE O ESTADO NOVO QUEREMOS SABER A SUA OPINIÃO!

O estudo **Vozes da Resistência na Atualidade*** visa explorar o impacto do atual surgimento de movimentos de extrema-direita nas visões do mundo de ativistas políticas durante o Estado Novo.

Participantes:

Mulheres ativistas políticas com experiência de prisão pela PIDE durante o Estado Novo.

Procedimento:

Entrevista individual de 60 minutos, em que será pedido que reflita sobre as suas **visões do mundo, incluídas crenças, objetivos de vida e sentido de propósito.**

Como participar?

Para participar, por favor contacte Carolina Camões: **961 207 308** ou **28889@alunos.ispa.pt**

Enquadramento:

*O estudo **Vozes da Resistência na Atualidade** é realizado no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia Clínica de Carolina Camões, sob a orientação da Investigadora Lisa Matos, William James Center for Research, ISPA – Instituto Universitário.

Anexo D:

Documento de informação sobre o estudo

Vozes da Resistência na Atualidade

Informação sobre o estudo

Enquadramento e descrição do estudo

O estudo *Vozes da Resistência na Atualidade* é realizado no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia Clínica de Carolina Camões, sob a orientação da Investigadora Lisa Matos, William James Center for Research, ISPA – Instituto Universitário.

O presente estudo visa compreender o impacto do surgimento de movimentos de extrema-direita nas visões do mundo (crenças, objetivos de vida e sentido de propósito) de ativistas políticas presas pela PIDE durante o Estado Novo (1926-1974).

Procedimento

O estudo inclui uma entrevista individual de aproximadamente 60 minutos onde serão recolhidos breves dados sociodemográficos e onde será pedido às participantes para refletirem sobre as suas visões do mundo, nomeadamente, crenças, objetivos de vida e sentido de propósito, e a forma como o atual surgimento de movimentos de extrema-direita poderão ter impacto nessas mesmas visões.

Direitos das participantes

A participação neste estudo é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem qualquer necessidade de justificação ou de prejuízo. As participantes poderão recusar a gravação áudio da entrevista, sendo que, em alternativa serão tomadas notas. As participantes poderão solicitar a exclusão dos seus dados em qualquer fase do estudo até à conclusão da análise dos mesmos.

Confidencialidade

Todos os dados recolhidos durante as entrevistas serão tratados de forma confidencial e anonimizada. As gravações áudio serão utilizadas para fins de transcrição e de análise, o que após serão permanentemente eliminadas. Todas as informações reunidas serão armazenadas em locais seguros e somente acessíveis pela equipa de investigação e os resultados serão apresentados de forma agregada, sem a identificação das participantes.

Riscos

Os relatos de experiências passadas poderão evocar memórias e emoções desconfortáveis nas participantes. A equipa de investigação estará disponível, caso necessário, para facultar informações sobre serviços de apoio psicológico.

Benefícios

Apesar de não existirem benefícios diretos, a participação neste estudo será fundamental para uma maior compreensão e visibilidade do tema na sociedade, incentivando discussões e investigações sobre o mesmo. Serão fornecidas informações relevantes para a criação de estratégias de intervenção psicológica e de preservação da memória histórica destas ativistas políticas.

Agradecemos a sua colaboração e disponibilidade

Contactos:

Carolina Camões: 28889@alunos.ispa.pt | tel: 961 207 308

Lisa Matos: lmatos@ispa.pt | tel: 218 811 700

Anexo E:

Documento de termo de consentimento informado

Vozes da Resistência na Atualidade

Termo de Consentimento Informado

Declaro que:

Fui devidamente informada sobre o objetivo, os procedimentos, e os potenciais riscos e benefícios da minha participação no estudo *Vozes da Resistência na Atualidade*, no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia Clínica de Carolina Camões, sob a orientação da Investigadora Lisa Matos, William James Center for Research, ISPA – Instituto Universitário;

Compreendi que a minha participação é inteiramente voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificação e sem qualquer prejuízo;

Compreendi que todos os dados recolhidos no âmbito deste estudo serão tratados de forma confidencial e anónima, e utilizados para fins de publicação científica;

Me foram devidamente esclarecidas quaisquer questões ou dúvidas sobre o estudo e que poderei solicitar informações ou esclarecimentos adicionais à equipa de investigação em qualquer momento.

Declaro que aceito participar neste estudo de forma livre e informada:

Assinatura

Data

Contactos:

Carolina Camões: 28889@alunos.ispa.pt | tel: 961 207 308

Lisa Matos: lmatos@ispa.pt | tel: 218 811 700